

ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Relatório de Desempenho da Administração - 2009

Recife, fevereiro de 2010

COMPOSIÇÃO DA GESTÃO 2009

Conselheiro SEVERINO OTÁVIO RAPOSO MONTEIRO
Presidente

Conselheiro FERNANDO JOSÉ DE MELO CORREIA
Vice-Presidente

Conselheira MARIA TERESA CAMINHA DUERE
Corregedora-Geral

Conselheiro CARLOS PORTO DE BARROS
Ouvidor-Geral

Conselheiro VALDECIR FERNANDES PASCOAL
Diretor-Geral da Escola de Contas Públicas Prof. Barreto Guimarães

Conselheiro ROMÁRIO DE CASTRO DIAS PEREIRA
Presidente da 1ª Câmara

Conselheiro MARCOS COELHO LORETO
Presidente da 2ª Câmara

LUIZ ARCOVERDE CAVALCANTI
Auditor-Geral

CRISTIANO DA PAIXÃO PIMENTEL
Procurador-Geral

OSVALDO GOUVEIA DE OLIVEIRA
Diretor Geral

TACIANA MARIA DA MOTA SILVEIRA
Diretora Geral Adjunta

ANTÔNIO CABRAL DE CARVALHO JÚNIOR
Chefe de Gabinete da Presidência

HENRIQUE ANSELMO SILVA BRAGA
Diretor do Departamento de Contabilidade

JOSÉ DEODATO SANTIAGO ALENCAR BARROS
Diretor de Plenário

MARIA LUCIENE CARTAXO FERNANDES BEZERRA
Coordenadora de Controle Externo

ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA
Coordenador de Administração Geral

MARIA TERESA SILVA DE MOURA
Coordenadora de Tecnologia da Informação

NELSON BARRETO C. B. DE MENEZES
Chefe do Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional

Conteúdo

1 - APRESENTAÇÃO 4

2 - INTRODUÇÃO 5

3 - Perspectiva: SOCIEDADE 9

3.1 - Efetividade das Ações de Controle Externo 9

a) Processos julgados 9

b) Atuação Concomitante 11

c) Imputação de Débitos e Multas 13

d) Julgamento das contas das Prefeituras pelas Câmaras 15

3.2 - Controle Social 17

a) Atendimento ao Cidadão 17

b) Parcerias Regionais Permanentes 18

c) TCEndo Cidadania 18

4 - Perspectiva: CLIENTES 24

4.1 - Melhoria da gestão pública 24

a) Controle interno 24

b) Capacitação de jurisdicionados em gestão pública 26

c) Auditoria de Natureza Operacional (AOP) 27

4.2 - Transparência da gestão pública 28

4.3 - Integração com clientes e parceiros 29

5 - Perspectiva: PROCESSOS INTERNOS 31

5.1 - Processo Finalístico 31

4.2 - Qualidade nos processos finalísticos 35

5.3 - Comunicação Interna e Externa 36

5.4 - Gestão dos Dados e das Informações 38

5.5 - Gestão Financeira 40

5.6 - Gestão Administrativa 46

6. Perspectiva: APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO.....49

6.1 - Gestão de Pessoas 49

6.2 - Gestão do Conhecimento 51

6.2 - Aprimorar a Atuação Concomitante.....54

6.3 - Gestão por Processos.....54

7. ATOS NORMATIVOS DO EXERCÍCIO 55

8. CONCLUSÃO 57

1 - APRESENTAÇÃO

Com o objetivo de atender ao que determina o parágrafo 4º do artigo 30 da Constituição do Estado de Pernambuco e também ao disposto no artigo 29 da lei nº 12.640/04 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) – apresenta o relatório anual das atividades desenvolvidas no exercício financeiro de 2009.

Este Relatório disponibiliza um conjunto de informações capazes de permitir a avaliação do desempenho do Tribunal, tanto por parte da Assembléia Legislativa, que é o órgão responsável constitucionalmente pelo controle externo, como por parte da sociedade em geral. São apresentados neste documento os principais objetivos e resultados alcançados em 2009, bem como as principais ações e investimentos realizados no exercício.

De forma exemplar o Tribunal de Contas buscou administrar seus recursos com austeridade, correção e transparência, cumprindo fielmente as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Código de Administração Financeira, sempre com o objetivo de dar respostas mais ágeis e efetivas às demandas da sociedade

SEVERINO OTÁVIO RAPOSO MONTEIRO
Conselheiro Presidente

2 - INTRODUÇÃO

O TCE-PE tem sede na Rua da Aurora, onde estão localizados os edifícios Dom Helder Câmara (prédio sede) e Nilo Coelho. Na Avenida Mário Melo encontram-se a Escola de Contas Professor Barreto Guimarães e o Anexo I. Funcionam no interior do estado sete Inspetorias Regionais localizadas em Bezerros, Palmares, Surubim, Arcoverde, Garanhuns, Salgueiro e Petrolina.

Em 2008 foi concluída a elaboração do Plano Estratégico para o período 2008-2012 com uma metodologia de caráter participativo, que construiu a seguinte identidade organizacional:

MISSÃO:

Fiscalizar e orientar a gestão pública em benefício da sociedade.

VISÃO:

Ser identificado pela sociedade como instrumento efetivo na melhoria da gestão pública, na defesa do interesse social e no combate à corrupção.

VALORES:

ÉTICA

Relações baseadas em honestidade e respeito em todos os níveis do TCE-PE.

TRANSPARÊNCIA

Qualidade ou condição de ser claro em uma conduta organizacional.

COMPROMETIMENTO

Manutenção do compromisso com a identidade organizacional do TCE-PE.

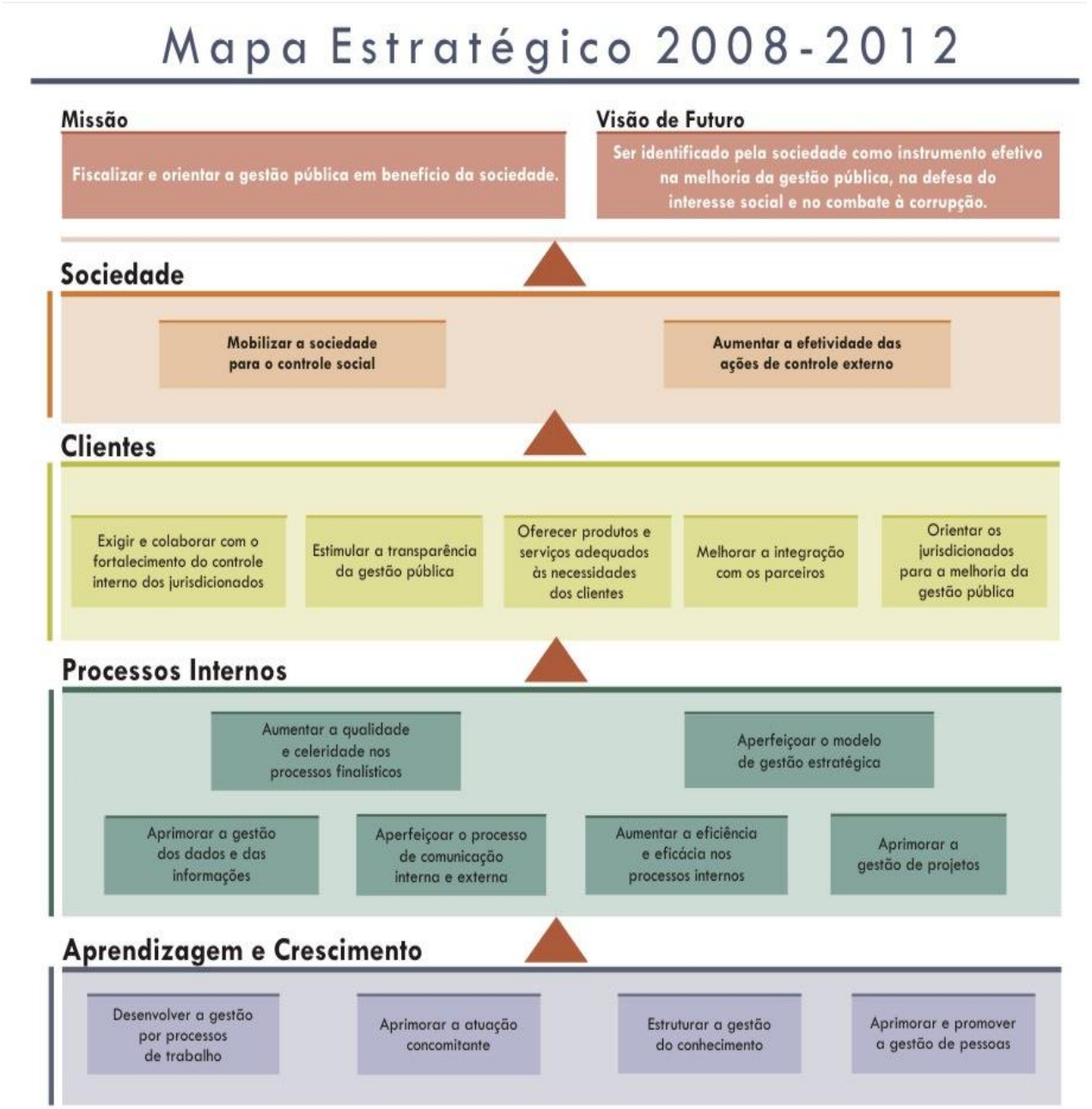
EFETIVIDADE

Capacidade de sempre buscar atingir o seu objetivo real.

COMPETÊNCIA

Aptidão reconhecida de efetuar as ações profissionais.

O Modelo de Planejamento e Monitoramento adotado pelo TCE-PE é baseado na metodologia *Balanced Scorecard* (BSC) e tem como principal elemento o mapa estratégico organizado em quatro perspectivas: Sociedade, Clientes, Processos Internos e Aprendizagem e Crescimento, cada uma delas com seus objetivos estratégicos. Este documento, pois, procura obedecer à lógica do Plano Estratégico do Tribunal para o período de 2008-2012, sendo organizado segundo essas perspectivas.



Em cada uma das perspectivas estão descritos os principais objetivos estratégicos do TCE-PE, que atrelam as ações e os projetos desenvolvidos no exercício de 2009.

A partir do mapa e objetivos estratégicos foram elaborados os mapas gerenciais setoriais. Só, então, e segundo os objetivos gerenciais, foi construído o Plano Operativo Anual (POA – 2009), no qual são estabelecidas todas as atividades e ações a serem desenvolvidas durante o ano. Este POA é monitorado trimestralmente por intermédio da utilização do Sistema de Planejamento (Sisplan) por toda a casa. Em 2009, 84% do POA foi realizado.

Para verificação dos resultados alcançados e de acordo com a metodologia BSC, o TCE-PE possui diversos indicadores de medição do desempenho. Com o objetivo de acompanhar o desempenho da instituição foi criado o Indicador de Desempenho Institucional (IDI) composto de 21 indicadores de desempenho, distribuídos e ponderados (balanceados) de acordo com cada uma das perspectivas do mapa estratégico. Seu resultado em 2009 foi de 90,3%.

PERSPECTIVAS	AVANÇO
Sociedade	97,2%
Clientes	109,5%
Processos Internos	95,2%
Aprendizagem e Crescimento	58,4%
Indice Desenvolvimento Institucional	90,3%

Contribuiu para o cumprimento da missão, alcance da visão e os bons resultados, a realização de Reuniões Administrativas do Conselho às segundas-feiras. Tal iniciativa demonstra o pioneirismo da gestão compartilhada, considerando as deliberações conjuntas emanadas do Conselho sobre os temas relevantes para a administração da Casa.

INDICADOR DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL - 2009								90,3%	
INDICADORES		Ud	2007	2008	Meta 2009	2009	Ponderação	Desempenho	
SOCIEDADE							34	33,0	97,2%
Nº de **Processos Julgados**, exceto Atos de Pessoal	↑	ud	1.861	1.506	**1.807**	**1.611**	15	13,37	89,2%
Nº de **Processos de Atos de Pessoal julgados**	↑	ud	6.264	5.005	**6.004**	**6.611**	5	5,5	110,1%
Nº de **auditorias de acompanhamento**	↑	ud	164	138	**258**	**154**	4	2,4	59,7%
Volume de **Demadas sobre atos de gestão** à Ouvidoria	↑	ud	661	539	**440**	**534**	4	4,9	121,4%
Nº de pessoas estimuladas ao **Controle Social**	↑	ud	6.023	7.859	**6.860**	**8.159**	4	4,8	118,9%
Índice de **notícias favoráveis** sobre o TCE-PE* (positivas+neutras)	↑	%	93,9%	92,8%	**90,0%**	**97,3%**	2	2,2	108,1%
CLIENTES							13	14,2	109,5%
Índice de abrangência de **treinamento aos entes jurisdicionados**	↑	%	98,3%	XXX	**70%**	**87,7%**	4	5,00	125,0%
Nº de **Servidores dos Jurisdicionados Treinados**	↑	ud	3.423	4.040	**3.500**	**3.703**	4	4,23	105,8%
Nº de **acessos aos serviços do site** do TCE-PE	↑	ud	-	-	**-**	**160.268**	2		
Grau de **atendimento das demandas** da OUVIDORIA	↑	%	81,7%	106,5%	**75,0%**	**75,0%**	5	5,0	100,0%
PROCESSOS INTERNOS							31	29,5	95,2%
Estoque de Processos	↓	ud	8.700	11.061	**12.316**	**12.057**	5	5,1	102,1%
Nº de **Processos com Instrução Concluída**	↑	ud	11.144	8.260	**8.639**	**10.201**	4	4,7	118,1%
Nº de **processos auditados**	↑	ud	1.027	818	**1.206**	**1.291**	4	4,3	107,0%
Índice de **Retorno** de Processo para **Instrução por Erro***	↓	%	9,7%	6,4%	**5,0%**	**3,9%**	2	2,4	121,4%
Índice de **Execução do Orçamento - investimento***	↑	%	95,6%	48,9%	**90,7%**	**37,3%**	3	0,0	0,0%
Índice de **Atendimento à** Solicitação de **Serviços**	↑	%	96,0%	95,4%	**95,0%**	**96,5%**	4	4,1	101,6%
Indisponibilidade de ambiente de TI - média mensal de incidentes	↓	ud	298	328	**380**	**354**	4	4,3	106,8%
Índice de **Realização dos Projetos**	↑	%	-	-	**85,0%**	**79,0%**	5	4,6	92,9%
APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO							20	11,7	58,4%
Índice geral de **Satisfação do Servidor**	↑	%	78,8%	74,1%	**80,0%**	**79,2%**	5	5,0	99,0%
Tempo médio de capacitação por servidor	↑	h/func	42,4	26,8	**20,0**	**19,2**	7	6,7	96,0%
Índice de abrangência das capacitações para servidores	↑	%	71,0%	60,0%	**80,0%**	**40,0%**	8	0,0	0,0%

3 - Perspectiva: SOCIEDADE



Os objetivos estratégicos definidos na perspectiva da Sociedade correspondem ao relacionamento do Tribunal com a população através da efetividade das ações de controle externo e incentivo ao controle social.

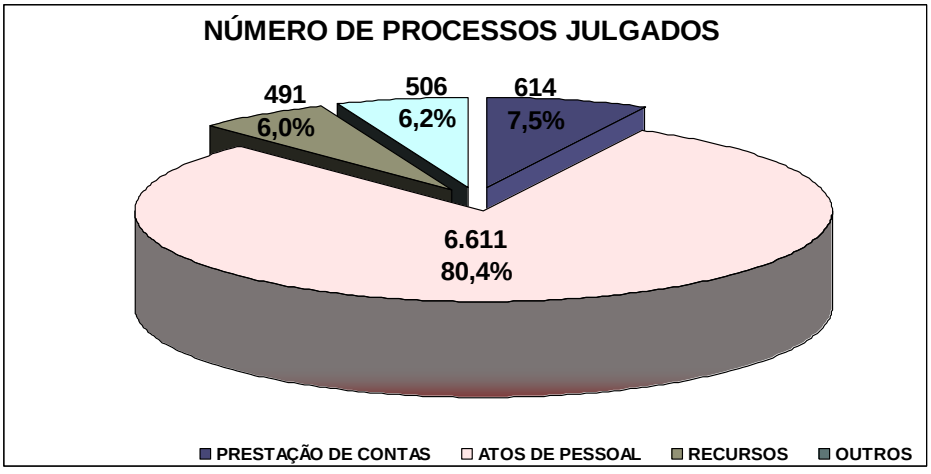
3.1 - Efetividade das Ações de Controle Externo

A ações de controle externo estão divididas em quatro tópicos:

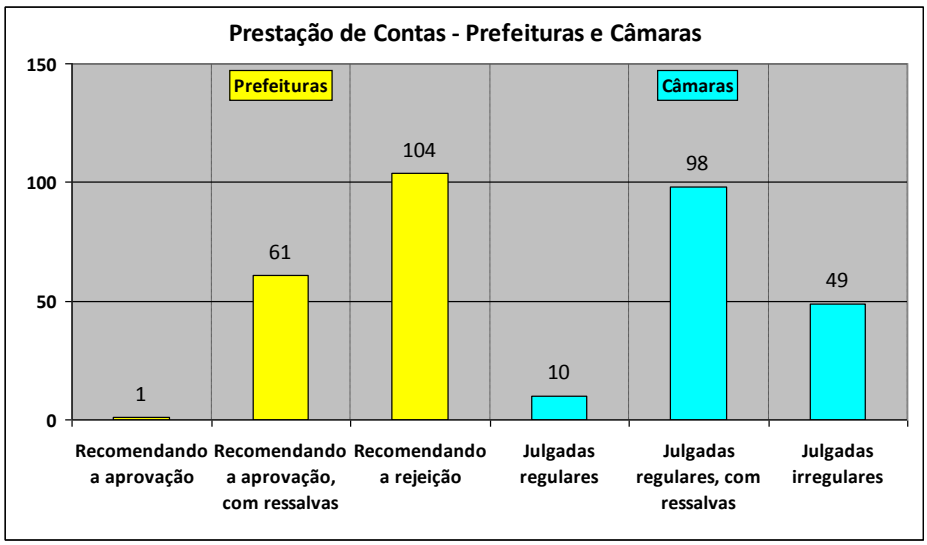
a) processos julgados,
b) atuação concomitante,
c) imputação de débitos e multas e
d) julgamento das contas das prefeituras pelas câmaras.

a) Processos julgados

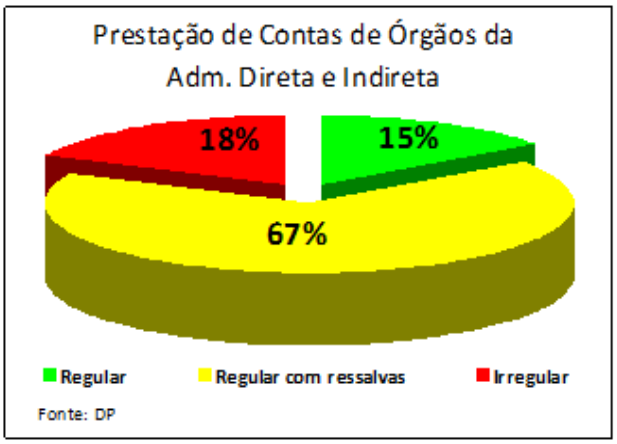
A meta mobilizadora de julgamentos para o ano de 2009 foi de 7.800 processos julgados, no entanto foram julgados 8.222 processos, ou seja, 5,4% acima da meta estipulada



Com relação à prestação de contas de prefeituras foram julgadas 166, dessas 62,6% foram consideradas irregulares. Das 157 prestações de contas das câmaras municipais, 31,2% estavam irregulares.

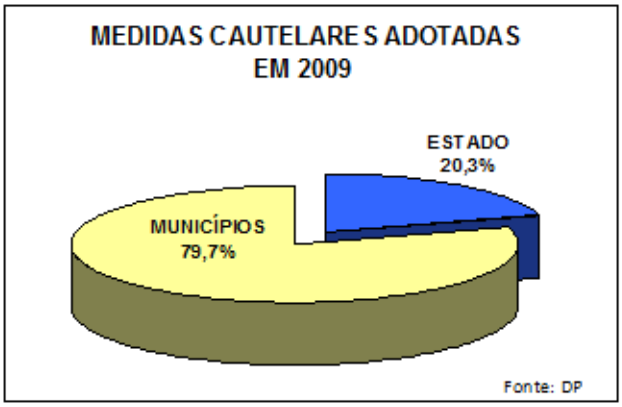


No Estado, foram analisadas 293 prestações de contas de órgãos da administração direta e indireta, sendo 44 regulares, 53 irregulares e 196 regulares com ressalvas.



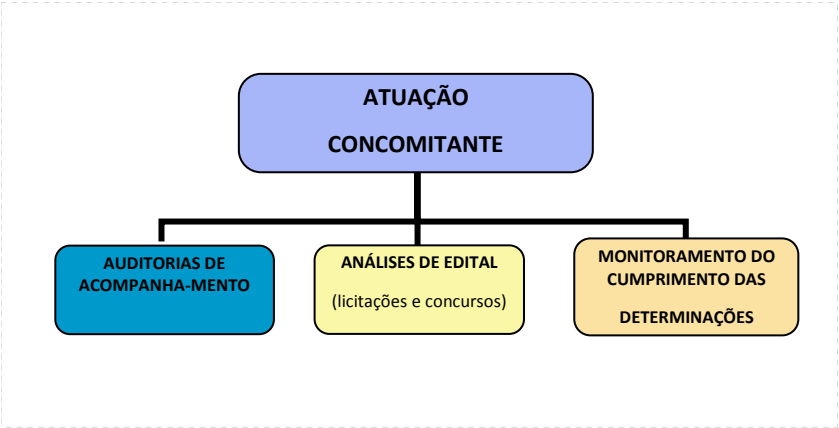
Também foram julgadas 228 auditorias especiais, sendo 42 arquivadas. Das 186 que restaram 12 estavam regulares, 94 regulares com ressalvas e 80 irregulares.

Durante o ano foram adotadas e mantidas 69 medidas cautelares, sendo 55 relativas à municípios e 14 à órgãos do Estado.



b) Atuação Concomitante

O Tribunal de Contas intensificou a atuação concomitante e preventiva, analisando os fatos e atos de gestão no momento em que ocorrem, ou seja, ao tempo em que se efetiva o objeto auditado: obras, serviços ou publicação de editais convocatórios. Foi dada ênfase a auditorias de acompanhamento, análise de editais e monitoramento do cumprimento das determinações.



- ***Auditorias de Acompanhamento***

No ano, foram realizadas 156 auditorias de acompanhamento em unidades gestoras estaduais e municipais, nas áreas contábil e administrativa, saúde, educação, previdência, bem como em obras e serviços de engenharia. Em conseqüência foram sugeridas 55 instaurações de processos de auditoria especial; foram identificados 831 achados negativos e foram propostas 610 medidas corretivas. Esse esforço, significou auditoria em recursos financeiros da ordem de R$ 5.985.076.072,50. Em relação ao ano anterior, houve um acréscimo de 400% no volume financeiro auditado.

Anos	Auditorias de Acompanhamento realizadas	Valores envolvidos (R$ bilhões)	Auditorias Especiais instauradas	Total de achados de auditorias negativos (*)	Total de achados de auditorias sanados (*)	Medidas preventivas propostas
2008	183	R$ 1,2	50	797	58	-
2009	156	R$ 6,0	55	831	45	610

(*) exceto NEG – Núcleo de Engenharia Fonte: CCE

- ***Análise de Editais***

Outra ação que contribui para o aumento da efetividade da atuação do Tribunal de Contas é a análise de editais, na medida em que as falhas são identificadas antes da realização das licitações e dos concursos públicos.

No ano de 2009, foram analisados 596 editais, sendo 47 de concursos ou contratos temporários com um total de 12.097 vagas analisadas. Os recursos envolvidos somam um total de R$ 5.585.521.474,27

Unidade Responsável pela Análise	Editais e Contratos Analisados	Valores Envolvidos	
		R$	%
Estado (DCE)	63	R$ 811.371.515,74	15%
Municípios (DCM)	346	R$ 1.429.304.343,7	26%
Engenharia - Estado e Prefeitura Recife (NEG)	115	R$ 3.120.883.834,12	56%
Tecnologia da Informação (GATI)	25	R$ 223.961.780,71	4%
Atos de Pessoal (NAP)	47	(*)	-
TOTAL	**596**	**R$ 5.585.521.474,27**	100,0%

(*) **12.097 vagas de concurso** Fonte: CCE

Apresentaram falhas 436 editais analisados, sendo 293 corrigidos, suspensos, cancelados ou revogados, após a atuação do TCE-PE, o que representa uma efetividade das análises correspondente a 67,2%. Registre-se que este percentual se mostra superior ao apurado em 2008 que foi de 52,7%.

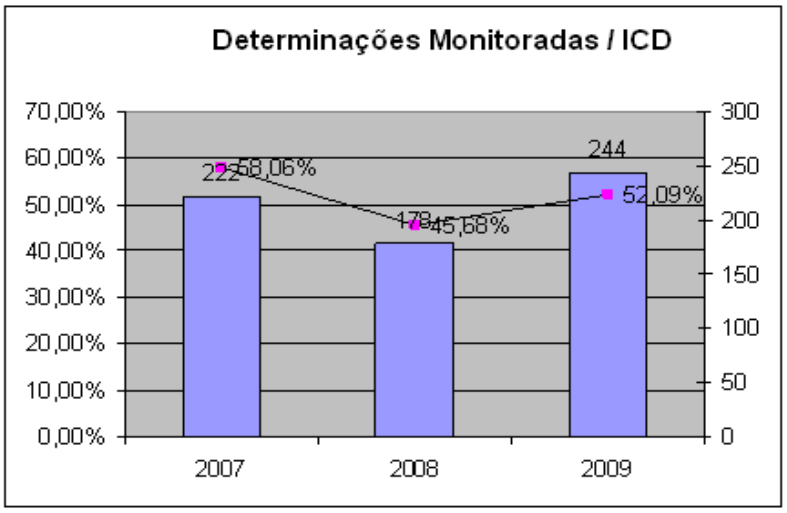
Ano	Análises Realizadas	Valores (bilhões)	Editais com Falhas	Editais Revistos pelo Gestor	Índice de Efetividade das Análises
2008	262	R$ 3,2	226	119	52,7%
2009	596	R$ 5,6	436	293	67,2%

Fonte: CCE

Os destaques na auditoria concomitante foram: análises e acompanhamentos: dos editais de licitação de limpeza urbana de Recife e Fernando de Noronha; das obras de grande porte no complexo Industrial de Suape (Editais de Licitação e execução de obras); e da contratação e execução das obras dos Hospitais Metropolitanos do Estado.

- ***Monitoramento do Cumprimento das Determinações***

A CCE vem realizando um trabalho de acompanhamento do cumprimento das determinações do TCE-PE pelos jurisdicionados e este ano o índice foi de 52,1%.

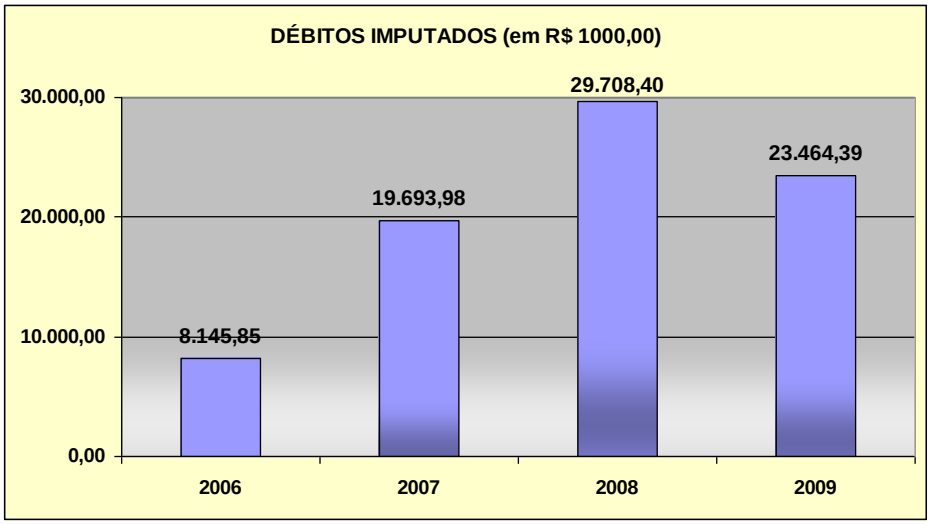


c) Imputação de Débitos e Multas

Débitos

De acordo com os artigos 62 e 63 da lei nº 12.600, que dispõe sobre a Lei Orgânica do TCE-PE, o Tribunal poderá imputar débito ao agente público e essa imputação, de acordo com o § 3º do inciso XI do art. 71 da Constituição da República, terá eficácia de título executivo.

Após o trânsito em julgado das decisões que contemplam imputação de débitos ou multas, são emitidas certidões para envio aos diversos órgãos responsáveis pelas cobranças desses títulos. No período, foram emitidas 815 certidões. No ano de 2009 foram imputados R$ 23.464.391,00 em débitos aos gestores (247 ordenadores e 151 decisões).



O Ministério Público de Contas (MPCO), em parceria com a Corregedoria Geral, realizou ações para cobranças de débitos impostos aos gestores pelo TCE-PE. Após o trânsito em julgado das Decisões proferidas com imputação de débito são emitidas Certidões de Débito pela Corregedoria, as quais são encaminhadas, pelo MPCO, aos Prefeitos e à Procuradoria Geral do Estado para que adotem as providências cabíveis, inclusive inscrição em Dívida Ativa e cobrança administrativa e judicial. Nesse sentido, em 2009, foram emitidos 500 ofícios.

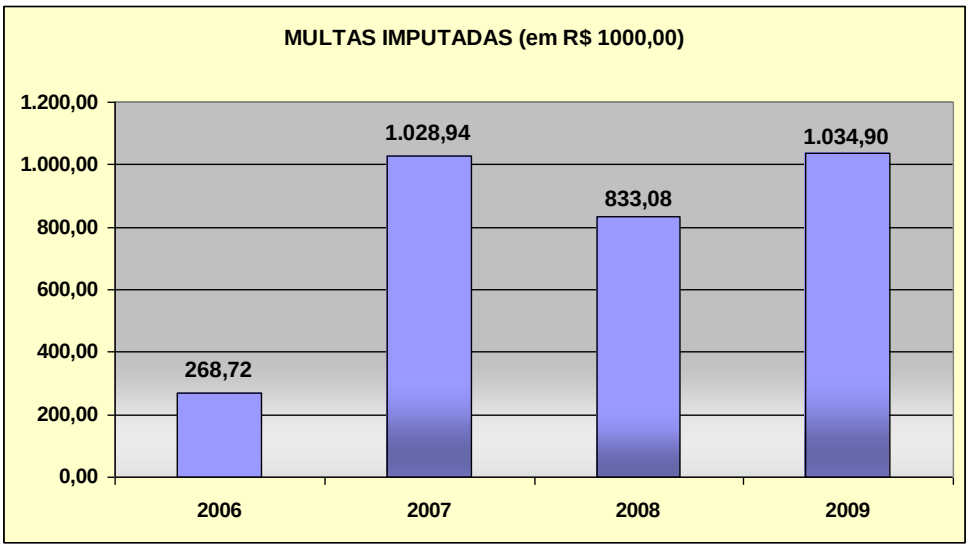
Não havendo resposta acerca da inscrição em Dívida Ativa e propositura de ação de cobrança administrativa ou judicial, o MPCO mais uma vez oficia a autoridade competente em busca de informações. No ano, foram emitidos 314 ofícios. Após todo o processo acima explicitado, sendo constatada a desídia da autoridade competente, o MPCO representa, junto ao Ministério Público do Estado, a fim de que se promovam as ações penais e cíveis. No exercício de 2009 foram enviadas 126 representações.

Multas

O Tribunal realizou cobrança administrativa das multas imputadas (235 ordenadores e 218 decisões). De acordo com o § 9º do art. 73 da Lei Orgânica desta Corte de Contas (Lei nº 12.600/04), *"os valores das multas (...) aplicadas em processos referentes a entes municipais serão revertidos ao Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do Tribunal"*.

No período foram efetuadas 182 cobranças administrativas desse tipo, das quais 62 já obtiveram sucesso, sendo 22 quitadas, 40 parceladas, 81 infrutíferas (já enviadas para execução judicial) e 15 aguardando transcurso dos prazos concedidos.

Durante o ano de 2009, com relação a multas, foi imputado o montante de R$ 1.034.897,07. No período, foram registradas 268 operações.



Exercício	Débitos Imputados (R$ 1000,00)	Multas Imputadas (R$ 1000,00)	Valores Recolhidos de Multas (R$ 1000,00)
2008	29.708,4	833,1	**387,4**
2009	23.464,4	1.034,90	**373,1**

d) Julgamento das contas das Prefeituras pelas Câmaras

O Controle Externo sobre a Administração Pública, a cargo do Poder Legislativo, engloba aspectos políticos e técnicos. Este último, abrangendo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, é exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas, ao qual compete:

- apreciar as contas dos Chefes do Poder Executivo, mediante parecer prévio, recomendando ao Legislativo competente pelo julgamento sua aprovação ou rejeição (CF, art. 71, I); e
- julgar as contas de todos os demais que têm obrigação de prestá-las, inclusive os Chefes do Poder Executivo, se responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos (CF, art. 71, II)).

Assim, se o prefeito municipal assume a dupla função – política e administrativa – de executar o orçamento e o encargo de captar receitas e ordenar despesas, a exemplo do que

ocorre na maioria das vezes no âmbito municipal, fica o mesmo sujeito a duplo julgamento: político e técnico.

O primeiro, realizado pelo Legislativo, mediante indispensável emissão de Parecer Prévio, de caráter opinativo, pelo Tribunal de Contas, e o último, deliberativo, de caráter definitivo, com poderes sancionadores, de competência das próprias Cortes de Contas, as quais quitam ou debitam os agentes gestores de recursos públicos.

Após devidamente concluída a análise das contas dos chefes dos executivos municipais, o Tribunal emite um opinativo (Parecer Prévio) e prolata uma decisão.

Advindo o trânsito em julgado desses julgamentos, os autos são enviados às Câmaras de Vereadores dos respectivos municípios para, com fundamento no opinativo do Tribunal, apreciarem, politicamente, as contas dos prefeitos. Importante salientar que, de acordo com o art. 31, § 2º da CF, o opinativo dos Tribunais de Contas *"só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal".*

A Corregedoria-Geral deste Tribunal, através da Gerência de Controle de Débitos e Multas, mantém um controle dos julgamentos políticos das prestações de contas já apreciadas pelo TCE-PE.

Em 2009 foi realizado um estudo sobre "Julgamento das Câmaras X Opinativos do TCE-PE", compreendendo o período de 1991 a 2006. Nesse período foram formalizadas 2.878 prestações de contas de prefeitos e o Tribunal julgou 2.455, correspondendo a 85,4%. Desse total, o Tribunal recomendou a aprovação de 1.487 contas, correspondendo a 60,6% e a rejeição de 968 (39,4%).

Dos 2.455 processos com opinativo emitido, as Câmaras Municipais informaram o julgamento de 81,0% das contas, ou 1.990 processos, com 1.597 aprovações (80,3%) e 393 rejeições (19,7%); e não julgaram ou não informaram 465 processos.

Dos 1.487 processos em que o Tribunal recomendou a aprovação das Contas, as Câmaras informaram o julgamento de 1.212 processos (81,5%) e acompanharam o parecer prévio em 1.140 julgamentos, com Índice de Acompanhamento dos Pareceres (IAP) de 94,1%.

O TCE-PE recomendou a rejeição de 968 Contas. Dessas, as Câmaras informaram o julgamento de 778 (80,4%), com acompanhamento do opinativo do Tribunal em 321 processos

e divergência da recomendação em 457 processos. Nos processos com opinativo pela rejeição das contas pelo TCE-PE o IAP foi de 41,3%.

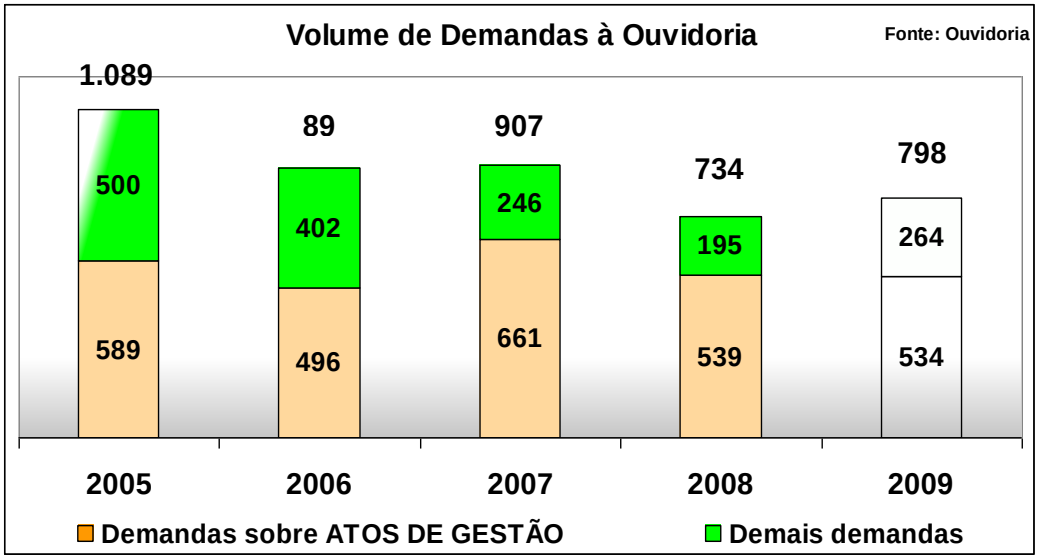
O TCE-PE a partir de 2009 tem enfatizado, quando do envio do opinativo às Câmaras, o prazo constitucional de 60 dias para julgamento, findo esse período, a Corregedoria solicitará a informação sobre o julgamento.

3.2 - Controle Social

Com o objetivo de despertar e viabilizar o interesse e a participação da sociedade para fiscalizar a gestão pública, foram desenvolvidas as seguintes ações:

a) Atendimento ao Cidadão

O atendimento ao cidadão, principal função da Ouvidoria, teve em 2009 registradas 798 demandas da sociedade, das quais 16 foram canceladas, restando para operação 782 demandas. Dessas, 534 (68,3%) foram sobre Atos de Gestão e 142 de orientação técnica (18,2%). No mesmo período, 443 demandas obtiveram um índice de atendimento conclusivo, o que significou 60,0% do total líquido ingressado.



Ao final do período, o estoque de demandas ainda pendentes de solução final totalizava 419 demandas, sendo o grau de demandas concluídas de 80%. Em 2009, o grau de satisfação do usuário da Ouvidoria com o Tribunal foi de 84%.

Os números apresentados correspondem a 14% dos atendimentos que a Ouvidoria realiza. Os 86% restantes são compostos de atendimentos nos quais os servidores dão resposta imediata através do Disque Ouvidoria ou por e-mail.

b) Parcerias Regionais Permanentes

O projeto Parcerias Regionais Permanentes, também atividade da Ouvidoria, tem como propósito promover aproximação entre o Tribunal de Contas e entidades do Terceiro Setor que atuam ou podem atuar no âmbito do Controle Social. O Projeto possibilita que os parceiros sejam informados da missão do TCE-PE, da sua organização e competência, dos direitos e deveres do cidadão, e os orienta a disseminar esse conhecimento entre o segmento da população do qual a entidade participa.

O público alvo é a sociedade civil organizada – conselhos, sindicados, igreja, associações, etc. Em 2009 foram realizados eventos em Caruaru e Olinda.

c) TCEndo Cidadania

Também tem importante papel no Controle Social o programa TCEndo Cidadania, coordenado pela Escola de Contas Professor Barreto Guimarães (ECPBG), composto de 3 projetos:

- Escola de Cidadania;
- Fórum TCEndo Cidadania e
- capacitação de representantes de Conselhos Municipais.

O programa “TCEndo Cidadania” foi um dos três selecionados em Curitiba para representar o Brasil, na Espanha, em março de 2010, num evento que tem como objetivo a troca de experiências entre os trabalhos escolhidos e alguns setores do governo espanhol.

A escolha se deu durante a realização do II Seminário Nacional de Ações Compartilhadas no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos

Estados e do Distrito Federal (Pnage) e do Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Promoex), que ocorreu na cidade de Curitiba nos dias 16 a 19 de novembro de 2009.

Ainda na linha de atuação de responsabilidade social e cidadania, a Escola de Contas participou ativamente do projeto Concurso Solidário, exclusivo para alunos e ex-alunos de escolas públicas terem aulas gratuitas de matérias adotadas em concursos públicos. O Concurso Solidário é uma iniciativa do Tribunal Solidário (ONG formada por servidores do Tribunal de Contas do Estado), em parceria com o próprio TCE, a ECPBG e a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.

Tribunal Solidário

O objetivo desse projeto é oferecer capacitação gratuita para pessoas de baixa renda sobre matérias para concursos públicos de nível médio. As aulas são de Português, Matemática e Raciocínio Lógico, Informática, Direito Administrativo, Direito Constitucional e Administração Pública (Ética e Cidadania).

A seguir, os números gerais do Programa TCEndo Cidadania do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco nos anos de 2008 e 2009:

Programa TCEndo Cidadania		2008	2009
Fóruns TCEndo Cidadania	Participantes	1.109	**1.155**
	Municípios	8	**9**
Capacitação de Conselheiros Municipais	Participantes	2.249	**1.769**
	Municípios	53	**41**
Escola de Cidadania	Participantes	4.501	**5.235**
	Instituições	54	**51**

Fonte: ECPBG

- ***Escola de Cidadania***

Em sintonia com as demandas atuais da população por uma administração mais eficiente e transparente, pautadas em valores éticos, e conscientes da sua parcela de responsabilidade social para a formação de uma nova mentalidade sobre o serviço público, é que foi criado, em

maio de 2004, pelos dirigentes da ECPBG, o Projeto Escola de Cidadania com os seguintes objetivos:

- estimular o exercício da cidadania entre jovens da faixa etária de 10 a 25 anos - visto que eles serão os cidadãos do amanhã, os gestores do futuro;
- criar um canal permanente de acesso a informações sobre o Tribunal de Contas, de modo a fazer a população conhecê-lo como seu aliado na defesa do patrimônio público; e
- fomentar o intercâmbio de conhecimentos entre o Tribunal de Contas e a sociedade, a fim de criar uma consciência crítica entre jovens ainda em formação, assim como manter o TCE-PE, aquele órgão de controle externo, sempre atualizado com as tendências de cada época.

Mediante a realização de palestras, totalmente gratuitas, e da edição de cartilhas informativas, utilizadas como material de apoio pedagógico, o projeto da Escola de Contas tem contribuído para plantar as sementes do futuro, ao inserir os jovens do ensino médio da rede pública e privada do Estado e o público universitário no processo político e social do país.

A novidade, neste ano de 2009, foi a ampliação do público-alvo para atender aos alunos dos anos finais do ensino fundamental, na faixa etária dos 10 aos 14 anos.

Para atingir esse objetivo, a ECBPG decidiu criar uma versão lúdica e mais acessível do projeto, por meio de uma exitosa parceria com o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, que cedeu para adaptação o desenho animado "Lição de Cidadania", no qual a equipe da Escola de Contas promoveu pequenas modificações nos textos, falas, linguagens e imagens para a melhor adequação à realidade pernambucana. Além da inclusão do referido filme nos projetos do “TCEndo Cidadania”, foram produzidas 1.000 cópias para distribuição entre escolas, professores, servidores públicos, cidadãos, ONGs, dentre outros.



O projeto Escola de Cidadania esteve presente em escolas/colégios/faculdades de municípios da Região Metropolitana do Recife e no interior do Estado, perfazendo um total de 5.235 alunos.

REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE		
Escolas/Colégios/Faculdades	Instituições	Participantes
Estaduais	3	518
Servidores Públicos Estaduais	1	29
Faculdades	5	576
TOTAL	9	1.123
MUNICÍPIOS DO INTERIOR: Santa Maria da Boa Vista, Goiana, Catende, Limoeiro, Floresta, Bezerros, Bonito, Escada, Afogados da Ingazeira e Lajedo.		
Escolas/Colégios/Faculdades	Instituições	Participantes
Estaduais	15	2.103
Municipais	14	983
Particulares	2	161
Projetos Sociais	5	321
Escola Técnica Federal - CEFET	3	131
Faculdades	3	413
TOTAL	42	4.112
TOTAL GERAL	**51**	**5.235**

Fonte: ECPBG

- ***Fórum TCEndo Cidadania***

O Fórum "TCEndo Cidadania" é promovido nos municípios pernambucanos com o objetivo geral de congregar a sociedade local em uma espécie de bate-papo sobre as políticas públicas e os meios disponíveis aos cidadãos para exercerem os seus direitos, por meio da participação efetiva na fiscalização dos recursos públicos. Participam do fórum autoridades municipais, membros da sociedade civil organizada (conselhos, sindicatos, associações, ONGs, etc.) e demais cidadãos. Mais especificamente, os objetivos desse projeto são os seguintes:

- orientar a sociedade sobre a importância de sua participação na definição e no controle de políticas e recursos públicos;
- estreitar os laços entre o Tribunal de Contas e a sociedade para que o trabalho exercido por um seja plenamente conhecido pelo outro, visando à construção de uma cidadania plena;

- informar sobre os meios disponíveis para que a população melhor desempenhe o seu papel de cidadão.

No ano de 2009, foram visitados 9 municípios, com a participação de 1.155 cidadãos, que avaliaram os eventos com a nota média de 8,80. As cidades contempladas com a realização dos Fóruns são indicadas a seguir:

Local	Data	Participantes
Santa Maria da Boa Vista	12/mar	190
Goiana	29/abr	138
Catende	21/mai	77
Floresta	02/jul	105
Bezerros	30/jul	258
Bonito	27/ago	76
Escada	23/set	140
Afogados da Ingazeira	22/out	110
Lajedo	26/nov	61
TOTAL		**1.155**

Fonte: ECPBG

- ***Capacitação de Representantes de Conselhos Municipais.***

A capacitação de membros da sociedade civil, com foco nos Conselhos Municipais, é um projeto que tem como objetivo principal fortalecer o controle social e, ao mesmo tempo, despertar a sociedade para a importância da formulação, elaboração e controle e avaliação das políticas públicas, como forma de atenuar os problemas sociais detectados nos respectivos municípios.

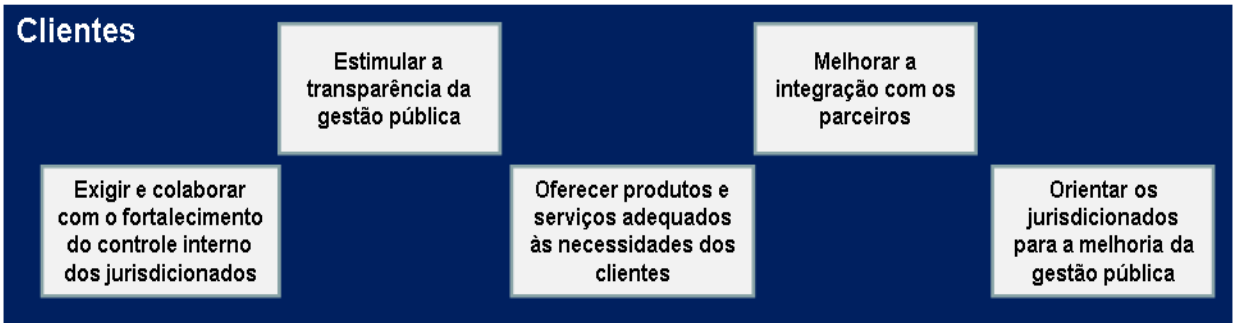
No período em análise, foram atendidos 41 municípios, sendo 1.769 membros da sociedade civil capacitados. A média da avaliação dos cursos ministrados nesse ano ficou em 9,3 enquanto a dos instrutores foi de 9,7, resultados que confirmam o sucesso desse projeto.

Nº	MUNICÍPIOS	Nº de Participantes	Nº	Municípios	Nº de Participantes
1	Água Preta	39	22	Olinda	35
2	Agogados da Ingazeira	43	23	Palmares	41
3	Belém de Maria	45	24	Palmeirina	22
4	Bezerros	50	25	Paranatama	44
5	Bom Conselho	55	26	Paulista	32
6	Bonito	34	27	Riacho das Almas	54
7	Brejo da Madre de Deus	52	28	Sta. Cruz da Baixa Verde	62
8	Cachoeirinha	24	29	Santa Maria Cambucá	49
9	Caétes	48	30	São Caetano	43
10	Camaragibe	49	31	S. Jose da Coroa Grande	36
11	Catende	49	32	São José do Egito	43
12	Custódia	38	33	São José do Egito	50
13	Flores	62	34	Serra Talhada	62
14	Frei Miguelinho	35	35	Tabira	47
15	Gravatá	52	36	Tacaimbó	38
16	Gravatá	48	37	Taquaritinga do Norte	31
17	Itamaracá	65	38	Terezinha	19
18	Itapetim	54	39	Toritama	28
19	Itapisuma	41	40	Tuparetama	33
20	João Alfredo	38	41	Vertente	23
21	Moreno	56	-	-	-

TOTAL DE PARTICIPANTES - 1.769

Fonte: ECPBG

4 - Perspectiva: CLIENTES



Os objetivos estratégicos nessa perspectiva buscam oferecer produtos e serviços para os seus clientes, considerando as particularidades de cada um deles, e conseqüente melhor atendimento de suas necessidades. São clientes do TCE-PE: a Assembléia Legislativa, as Câmaras de Vereadores, o Ministério Público Estadual, a Procuradoria Geral do Estado, o Tribunal Regional Eleitoral, o Tribunal de Contas da União e o Controle Interno dos Jurisdicionados.

Respeitando o princípio da causalidade constante no Mapa Estratégico, esses objetivos estão diretamente ligados aos definidos na perspectiva da Sociedade, que ajudam na melhoria e na preservação da imagem da instituição e estão assim definidos:

4.1 - Melhoria da gestão pública

Para melhoria da gestão pública, foram desenvolvidas ações de fortalecimento do controle interno dos jurisdicionados e de capacitação de jurisdicionados em tópicos de interesse para um melhor desempenho das atividades dos servidores públicos das entidades fiscalizadas.

a) Controle interno

Segundo a Constituição Federal, no artigo 74, *"Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: (...) apoiar o controle externo no exercício de sua missão constitucional"*.

Passados vinte anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, a realidade sobre o funcionamento precário do sistema de controle interno, muitas vezes inexistente, dos órgãos jurisdicionados municipais se reflete negativamente dificultando a atuação do Tribunal para cumprir a sua missão como órgão de controle externo.

A Coordenadoria de Controle Externo, consciente da importância de colaborar com o fortalecimento do controle interno dos jurisdicionados, e também com a finalidade de monitorar esse controle, para que funcione de acordo com os padrões exigidos pelo TCE-PE, realizou as seguintes ações em 2009:

- aprovação das resoluções TC nºs 001/09, 002/09 e 003/09;
- acompanhamento do envio ao TCE/PE pelos jurisdicionados municipais de documentos e informações nos prazos previstos nas referidas resoluções (lei de criação do Sistema de Controle Interno (SCI); portaria indicando responsáveis e plano de ação);
- realização de diversos treinamentos para os jurisdicionados (mais de 700 pessoas treinadas) e um para o corpo técnico (40 pessoas treinadas);
- início da verificação do cumprimento dos planos de ação e
- levantamento do indicador Grau de Estruturação do Sistema de Controle Interno (GES).

Os primeiros resultados, decorrentes notadamente do que determinou a Resolução TCE nº 001/09, são animadores:

- 183 Prefeituras já têm a lei criando o SCI, ou seja, 99,5% (em 2008 eram apenas 28%);
- 173 Prefeituras nomearam formalmente responsáveis pelo SCI (94,0%);
- 168 Prefeituras enviaram Plano de Ação devidamente assinado pelo prefeito (91,3%);
- 180 Câmaras já têm a lei criando o SCI do pode Legislativo (97,8%);
- 177 Câmaras nomearam responsáveis pelo SCI (96,2%);
- 169 Câmaras enviaram Plano de Ação devidamente assinado pelo presidente (91,8%).

O TCE-PE, juntamente com a Escola de Contas, ofereceu em 2009 cursos específicos na área de controle interno e no sistema AUDIN, ambos para colaborar com os gestores públicos na implementação dos sistemas de “Controle Interno” e de “Auditoria e Informações”, respectivamente. Os cursos com 35 turmas atingiram 1.124 participantes.

Cursos	Participantes	Nº de turmas
Estruturação dos sistemas de controle interno	468	10
Treinamento AUDIN	366	14
Controle interno em obras públicas	100	3
Controle interno na área de aposentadoria	98	4
Controle interno na área de admissão de pessoal	92	4
TOTAL	1.124	35

Fonte: ECPBG

b) Capacitação de jurisdicionados em gestão pública

Com o objetivo de orientar os novos gestores municipais, a CCE e a ECPBG realizaram em fevereiro um grande seminário técnico, intitulado Seminário para os Novos Gestores Municipais. Dois dias foram reservados para os Poderes Executivos Municipais. Mais de 250 pessoas participaram das palestras, dentre eles 120 Prefeitos, representando 169 prefeituras. que contou também com a presença de 120 prefeitos de todas as regiões do Estado.

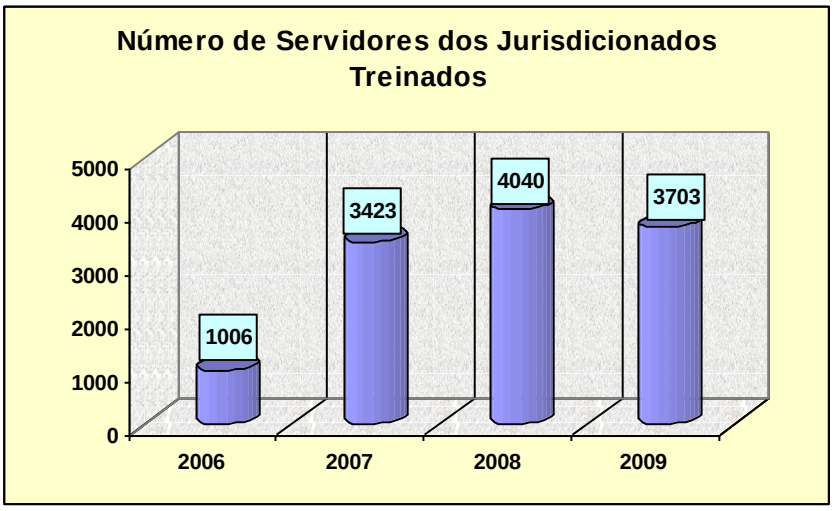
As palestras realizadas abordaram os seguintes temas: Gestão de Saúde Pública com foco nos resultados: Gestão de Educação; Licitações e Contratos; O prefeito como "agente empreendedor"; Gestão de custos na Administração Pública; Gestão de Obras e Serviços de Engenharia e Responsabilização dos Gestores Públicos.

O último dia do evento foi reservado aos Poderes Legislativos Municipais e contou com a presença de cerca de 600 vereadores de todas as regiões do Estado. As palestras realizadas versaram sobre: Gestão Orçamentária e Financeira das Câmaras; O Papel dos Vereadores na Aprovação e na Fiscalização das Leis Municipais; LRF e Lei de Crimes Fiscais; Gestão de Custos dos Serviços Públicos e Responsabilidade dos Vereadores.

Na ocasião, foi distribuída aos presentes uma cartilha com foco nas principais providências a serem adotadas pelos gestores municipais em início de mandato. Vale ressaltar que o TCE-PE vem aperfeiçoando o processo de levantamento das necessidades de capacitação dos jurisdicionados

Visando ainda à capacitação de novos gestores, foram ministrados pela ECPBG 34 cursos distribuídos em todas as Inspetorias Regionais e no Recife, atingindo o Estado de Pernambuco, com 430 participantes.

Objetivando à melhoria da gestão pública, a ECPBG em 2009, realizou 114 capacitações com 3.703 representantes de jurisdicionados do TCE-PE.



A Lei Orçamentária Anual (LOA 2009), na parte referente ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, tem um programa intitulado “Capacitação para o aprimoramento da Administração Pública”, para cuja atividade “Capacitação de gestores, servidores públicos e cidadãos” foi definida uma meta anual de 7.000 pessoas capacitadas/ qualificadas.

Em todas as atividades que o TCE-PE desenvolveu, juntamente com a Escola de Contas, para melhoria da gestão pública, atingiu-se um contingente de 6.107 pessoas, correspondendo a 87,2% da meta que consta na referida lei, assim distribuídas:

Cursos	Participantes
1 - Realização de cursos de Controle Interno e Sistema AUDIN	1.124
2 - Seminário para os Novos Gestores Municipais (Prefeitos, Presidentes e Vereadores)	850
3 - Capacitação de Novos Gestores (distribuídos pelas Inspetorias Regionais)	430
4 – Cursos para representantes de jurisdicionados	3.703
TOTAL	**6.107**

Fonte: ECPBG

c) Auditoria de Natureza Operacional (AOP)

A auditoria de desempenho e a avaliação de programa, também denominada Auditoria de Natureza Operacional (AOP), tem como enfoque os resultados da gestão governamental, diferentemente da auditoria de conformidade, que se concentra nos aspectos da legalidade da administração pública.

A Auditoria Operacional examina aspectos de gestão e busca identificar tanto a eficácia, eficiência e efetividade de programas e ações governamentais quanto o desempenho de uma determinada unidade ou órgão público. Os trabalhos dessa modalidade de auditoria têm por resultados a expedição de recomendações aos gestores pelo TCE, cuja implementação é acompanhada pelos seus técnicos com o objetivo de verificar a melhoria da prestação de serviços à sociedade

Uma das características dessa modalidade de auditoria é o envolvimento do gestor público nas fases do trabalho. A participação do gestor é fundamental para o sucesso da auditoria, desde a etapa de seleção do tema e definição do escopo da auditoria até a caracterização dos achados e possíveis recomendações. Esta modalidade de fiscalização incentiva a apropriação dos resultados da auditoria por parte do gestor e a efetiva implementação das recomendações propostas.

O TCE-PE, em 2009, realizou os seguintes trabalhos:

- avaliação da Política Estadual de Urgência e Emergência e elaboração de publicação contendo os principais resultados do trabalho;
- avaliação do Serviço de Urgência e Emergência do Hospital da Restauração, proposição de indicadores para o hospital acompanhar e divulgar o seu desempenho e elaboração de publicação dos principais resultados do trabalho;
- realização do IV Encontro de Auditoria Operacional nos dias 22 e 23 de outubro para divulgar as avaliações realizadas nas áreas de saúde e educação;
- realização de Monitoramentos dos Programas de Saúde Ambiental da Prefeitura do Recife, da Avaliação da Educação de Jovens e Adultos da Prefeitura de Olinda e do Programa Estadual de Alfabetização do Estado;
- realização de Auditoria na Dívida Tributária e Não Tributária da Prefeitura de Jaboatão em conjunto com a Inspetoria Metropolitana Sul;
- avaliação da implantação do Sistema de Controle Interno em 09 Municípios do Estado.

Além das avaliações de programas e ações, em 2009 houve também resultados decorrentes de monitoramentos realizados em programas de governo que foram objeto de auditoria operacional em anos anteriores. Foram realizados os seguintes monitoramentos:

- Programa de Saúde Ambiental - 2º monitoramento realizado em Julho/2009 - auditoria originária realizada em Setembro/2005
- Programa de Educação de Jovens e Adultos da Prefeitura de Olinda – 1º monitoramento realizado em 2009 - auditoria originária realizada em 2006.
- Programa Estadual de Alfabetização – 3º monitoramento realizado em 2009 - auditoria originária realizada em 2004.

4.2 - Transparência da gestão pública

A Coordenadoria de Controle Externo está monitorando a transparência fiscal eletrônica dos poderes e órgãos estaduais e observando se publicam tempestivamente os demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal (RGF) nas suas respectivas páginas eletrônicas.

Neste sentido, foi verificado ao longo de 2009 que todos os Poderes/Órgãos Estaduais (Poder Executivo, Poder Legislativo, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas) estão publicando, tempestivamente, os relatórios fiscais eletrônicos na internet.

Com relação à área municipal foi realizada uma verificação da transparência fiscal eletrônica com base na publicação dos relatórios fiscais no SISTN, uma vez que a partir de 2010, conforme Resolução TC nº 04/2009, esse tipo de divulgação será obrigatória. Os dados levantados na base do SISTN indicam os seguintes graus de transparência fiscal eletrônica municipal: RGF (1º Quadrimestre; 1º Semestre e 2º Quadrimestre/2009) - Poder Executivo (17,9%) e Poder Legislativo (5,2%); RREO (1º, 2º, 3º e 4º Bimestre/2009) – Poder Executivo (23,8 %).

4.3 - Integração com clientes e parceiros

O TCE-PE busca sempre uma aproximação maior com outros órgãos de controle para melhoria de suas atividades, bem como de seus produtos e serviços oferecidos a clientes e parceiros.

O TCE-PE celebrou convênios que buscam garantir o acesso a informações importantes para a detecção de fraudes e segurança do corpo de auditoria:

- convênio com a Secretaria de Defesa Social (SDS), que tem por objetivo o desenvolvimento de ações de cooperação técnico-administrativa, através do compartilhamento de acesso às bases de dados eletrônicas de Justiça e Segurança Pública e de Controle Externo e Julgados Administrativos, INFOSEG, INFOCEL, consulta WEB ao Cadastro Civil e o Sistema de Busca on-line de antecedentes criminais e
- convênio com o Ministério da Previdência Social (MPS/ INSS). Este acordo tem por objetivo o intercâmbio de informações, visando, dentro da competência dos partícipes, as ações de combate à prática de ilícitos, acesso on-line ao banco de dados Cadastro Nacional de Informações Sociais- CNIS.

Como integrante do Fórum Permanente de Combate à Corrupção em Pernambuco (Focco-PE), o TCE-PE participou em agosto de 2009 da I Semana da Cidadania em Pernambuco, sediando inclusive parte dos eventos que integraram a programação que contou com palestras, cursos, fórum e aulas.

A “I Semana da Cidadania em Pernambuco” teve por objetivo orientar, capacitar e mobilizar os cidadãos, estudantes da rede pública de ensino, servidores públicos e conselheiros

municipais para que participem mais ativamente do controle da aplicação dos recursos públicos no Estado.

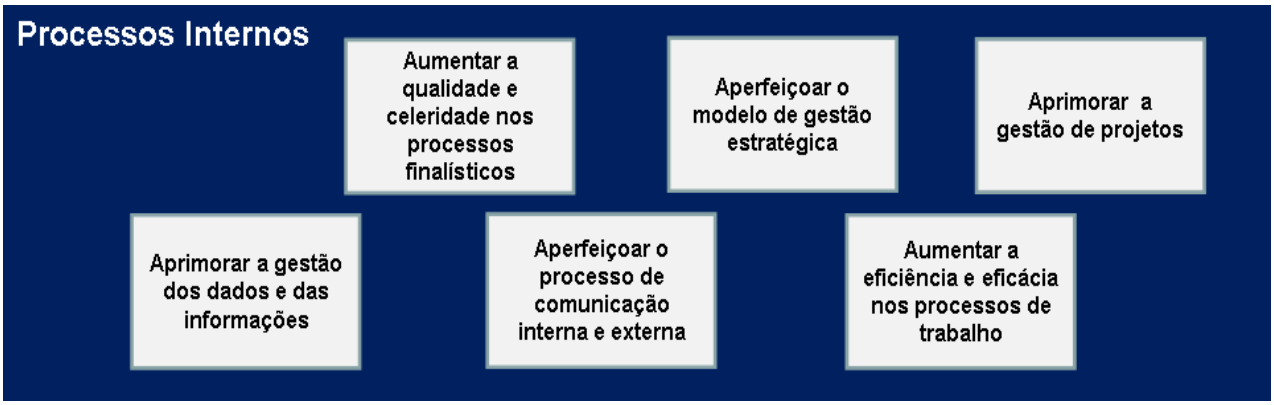
Além do TCE-PE, estiveram à frente desse evento a Controladoria Geral da União, o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União e a Universidade Federal de Pernambuco. Contou ainda com o apoio da Controladoria Geral do Estado, do Ministério Público de Pernambuco e do movimento Observatório do Recife. Os programas TCEndo Cidadania e Escola de Cidadania realizaram atividades na I Semana de Cidadania na cidade de Bonito – PE.

Em setembro de 2009, o TCE-PE assinou Protocolo de Intenções, proposto pela Câmara dos Deputados, por intermédio da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC-CD) para integrar uma Rede de Informações responsável pela Fiscalização e Controle dos Gastos Públicos na Organização da Copa do Mundo de 2014. Compõem a referida rede: Câmara dos Deputados, Senado Federal, Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas dos Estados e Municípios dos estados escolhidos para sediar os jogos da Copa do Mundo de 2014. Técnicos do TCE-PE já participaram de duas reuniões para coleta de informações e definição de diretrizes para atuação.

O MPCO, além do exercício nos processos internos, também se manifesta através de representações externas feitas ao Ministério Público Estadual para adoção de medidas cabíveis em área criminal e civil, bem como no envio de documentação resultante dos trabalhos técnicos e julgamentos realizados para servir de suporte de ações de variada espécie.

Ao final de 2009 a listagem parcial, segundo a Corregedoria, daqueles cujas contas foram julgadas irregulares, a ser enviada ao Tribunal Regional Eleitoral em 2010, registrava o nome de 781 gestores, referente a 1.016 julgamentos pela irregularidade das contas.

5 - Perspectiva: PROCESSOS INTERNOS



Os Objetivos Estratégicos desta perspectiva, para o qüinqüênio 2008-12, estão voltados para o fortalecimento interno da instituição, objetivando um ainda melhor atendimento aos clientes do Tribunal e à sociedade.

5.1 - Processo Finalístico

O processo finalístico do Tribunal pode ser descrito, de forma resumida, como tendo as seguintes fases:

a) Formalização dos processos;
b) Instrução (auditoria, defesa, análise, diligência);
c) Julgamento e
d) Publicação (decisões, pareceres prévios, acórdãos, recomendações e certidões).



a) Formalização

A formalização inicia os procedimentos internos necessários ao andamento dos vários tipos de processos que chegam ao Tribunal. A formalização constitui-se, basicamente, do ato de protocolar e distribuir os processos. Em 2009, foram formalizados 8.997 processos.

Os processos que entram no TCE-PE, para efeito de análise de desempenho, são divididos em cinco grupos:

1. Prestação de Contas: todos os tipos de prestações de contas - Prefeituras, Câmaras, órgãos estaduais etc.;
2. Atos de Pessoal: processos relativos aos servidores - aposentadorias, pensões, concursos etc.;
3. Provocados: processos em que há a provocação do TCE-PE ou a autoprovocação – denúncias, consultas, auditorias especiais;
4. Prestação de Contas Parciais: processos de gestão fiscal e repasse a terceiros;
5. Recursos: processos de recursos às decisões do TCE-PE.

PROCESSOS FORMALIZADOS			
Grupo de Processos	2007	2008	2009
Prestação de Contas	663	687	814
Atos de Pessoal	5.710	7.451	7.233
Provocados	396	409	354
PCs Parciais	145	55	109
Recursos	536	463	486
Administrativos	3	1	1
TOTAL	7.453	9.066	8.997

Fonte: AP (Sistema de Acompanhamento de Processos)

Dos processos formalizados, 80,4% são relativos a Atos de Pessoal, 9,0% são de Prestações de Contas, 3,9% são do grupo Provocados, 5,4% são de Recursos e 1,2% de Prestação de Contas Parciais.

b) Instrução

A instrução, fase seguinte, é eminentemente técnica, quando os processos são analisados pelo corpo técnico da Coordenadoria de Controle Externo (CCE) que observa o cumprimento das leis e a conformidade dos procedimentos.

Tiveram a Instrução Concluída em 2009, 10.201 processos, representando uma superação da meta em 18,1%.

c) Julgamento

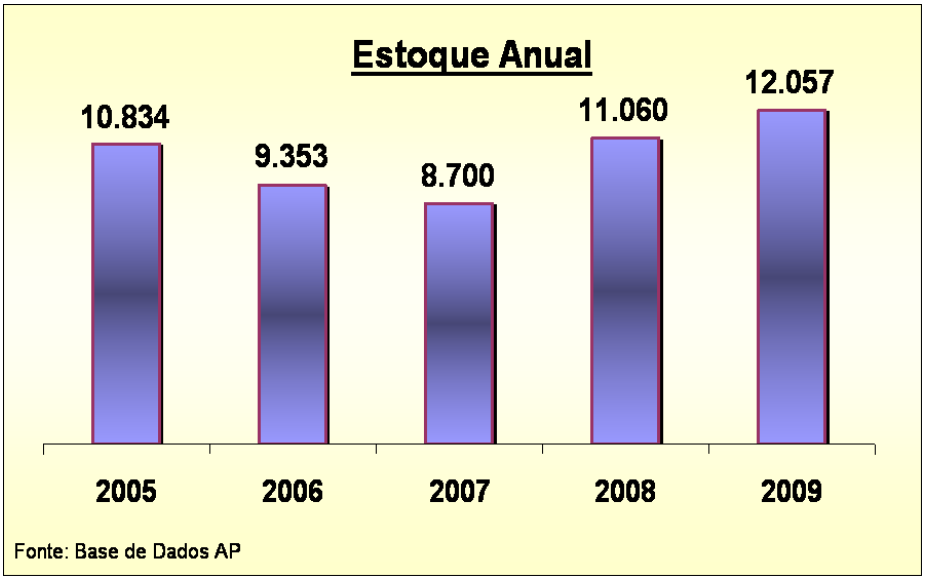
Neste ano o Tribunal julgou 8.222 processos, dos quais, 5.815 pelos Conselheiros, representando 70,7% do total de julgamentos. Os Auditores julgaram 2.407 processos (29,3%).

Ainda nesta fase de julgamento, o Ministério Público de Contas (MPCO), de acordo com critérios próprios e autônomos, pronuncia-se sobre alguns dos processos em tramitação. Neste ano de 2009 o MPCO exarou 1.008 pareceres e cotas.

d) Publicação

Para surtir os efeitos sociais externos, os atos do Tribunal necessitam de publicidade. As deliberações do Tribunal relativas a julgamentos de processos se transformam em Acórdãos, Decisões do Pleno, Decisões Monocráticas e Pareceres. Em 2009 foram publicados 94% dos processos julgados, havendo necessidade de republicar 1,4%.

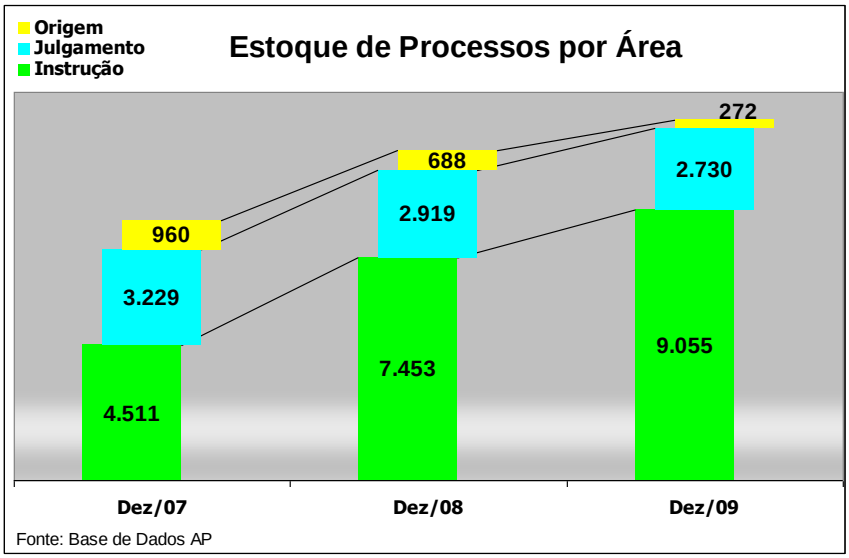
Nos últimos dois anos o Tribunal tem focado o aumento das auditorias concomitantes, ao mesmo tempo, como se observa na tabela de processos formalizados, houve um aumento, em mais de 20%, desde 2007, no número dessas formalizações. Esses dois fatos influenciaram no aumento do estoque de processos em tramitação.



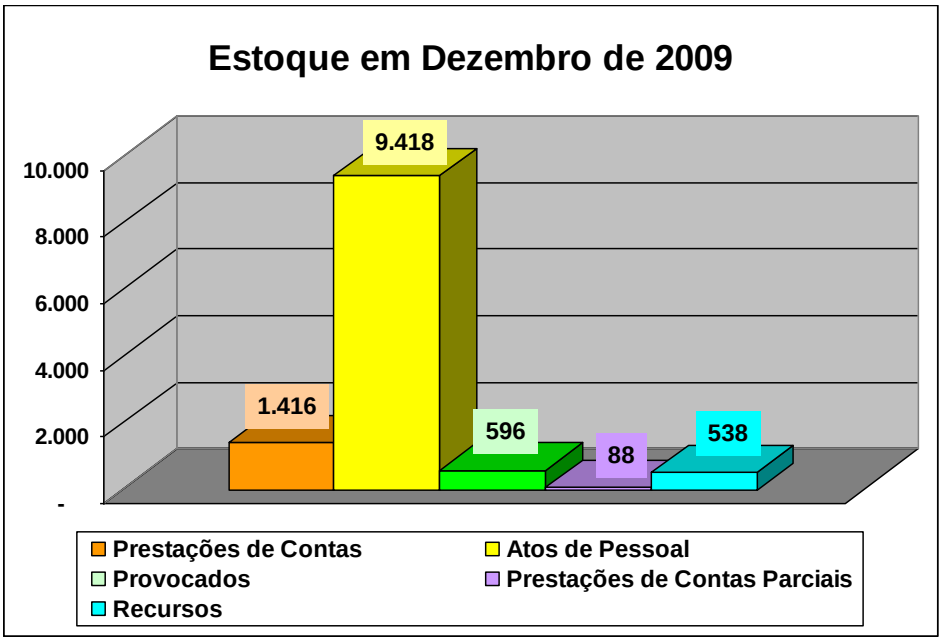
Os locais onde estão os processos do estoque são:

- **"Origem"** – municípios e/ou órgãos de onde os processos vieram. São processos devolvidos a esses jurisdicionados para complementação de documentação e/ou esclarecimento formal de questões importantes relativas ao processo. Pode-se dizer que a maioria refere-se a processos de atos de pessoal (aposentadoria e pensão), e representam 2,3% do estoque;
- **"Instrução"** – momento correspondente à análise técnica efetuada pela CCE e seus departamentos, e que responde por 75,1% dos processos em estoque;

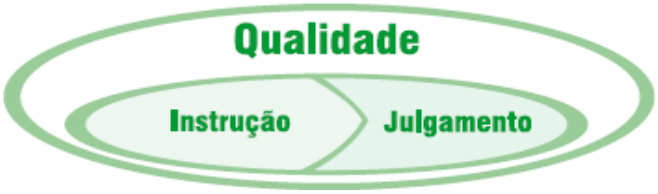
- **"Julgamento"** – fase em que os processos já estão nos gabinetes dos Conselheiros, Auditores e Procuradores, para serem finalmente apreciados e julgados, representando 22,6% do estoque.



Os 10.057 processos no estoque estão divididos da seguinte forma: Atos de Pessoal correspondem a 78,1%; Prestações de Contas representam 11,7%; Provocados são 4,9%, Recursos são 4,4% e Prestações de Contas Parciais apenas 0,7%, e ainda há um Processo Administrativo Disciplinar.



5.2 - Qualidade nos processos finalísticos

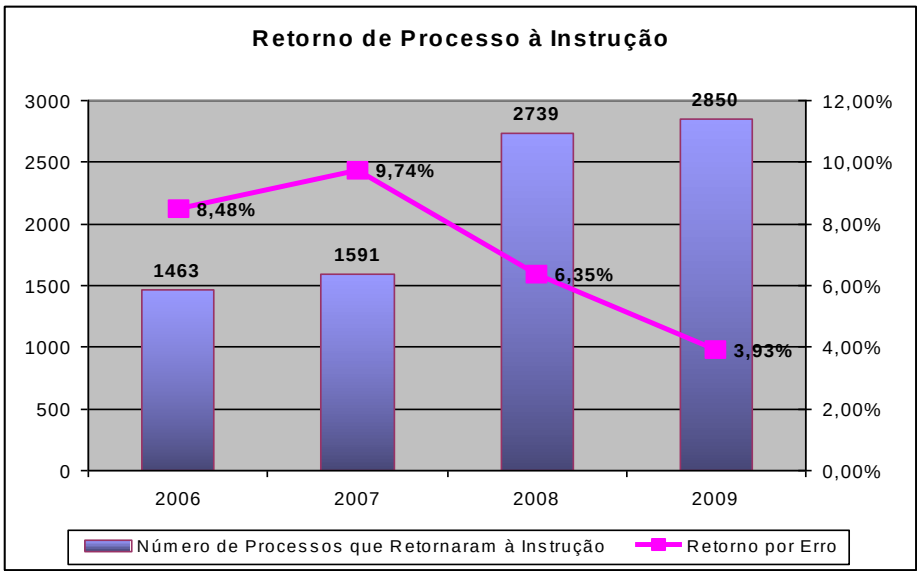


Uma das diretrizes do Presidente, explicitada no discurso de posse foi a melhoria da qualidade: *"Melhorar a qualidade das nossas auditorias, porém sem perder de vista algo de grande relevância, que é a celeridade dos nossos julgamentos. Como nos ensinou o grande Ruy Barbosa, pior do que a injustiça é a justiça tardia. Nossas auditorias têm que ser tecnicamente perfeitas e os nossos julgamentos cada vez mais céleres, sem que isso implique, em absoluto, o cerceamento do direito de defesa ou a fragilidade dos nossos relatórios técnicos".*

O TCE-PE vem dando ênfase ao gerenciamento da qualidade dos trabalhos de auditoria, destacando-se as seguintes ações:

- melhoramento da ferramenta Caco, informatizando a metodologia de atuação concomitante. Foram desenvolvidos módulos específicos para análise de editais de licitação e para acompanhamento de obras e serviços de engenharia;
- implantação dos sistemas RAP (Registros de Atos de Pessoal) e Prever, agilizando a análise dos processos de atos de pessoal, que se tornou mais rápida e segura e melhorando os controles gerenciais. Nos ambientes em que o Prever foi plenamente utilizado, a produtividade cresceu aproximadamente 30%;
- a Resolução TCE nº 002/09 estabelece a alimentação do sistema Audin (Sistema de Auditoria e Informações) obrigatória a partir de 2010. Houve treinamento para 845 servidores, contemplando todas as unidades municipais jurisdicionadas, para 156 servidores do TCE-PE e instalada a central de atendimento para suporte aos usuários. Até 30 de novembro 84% das prefeituras e 76% das Câmaras já haviam aderido ao sistema;
- desenvolvimento do Projeto SIGA, que tem por objetivo reestruturar o processo de trabalho finalístico do TCE-PE para aperfeiçoar a qualidade e a celeridade processual e implantar o Processo Eletrônico no Tribunal de Contas. Em 2009, foi concluída a conceituação de todas as peças que compõem os processos do Tribunal de Contas, também realizado o redesenho do processo de trabalho finalístico com documentação em fluxograma e a reestruturação em conteúdo e forma das peças processuais e
- desenvolvimento da ferramenta Programa de Auditoria Eletrônico, que possibilitou a informatização do programa de auditoria e modelo padrão de relatório, visando à maior celeridade na instrução dos processos de prestação de contas de prefeituras municipais.

A Casa trabalhou fortemente na definição de padrões de qualidade através de mudanças de rotinas e adoção de mecanismos de controle. Todas essas atividades impactaram a produtividade anual. A Coordenadoria de Controle Externo (CCE) implantou controle de qualidade da instrução e dos relatórios em três dos seus quatro departamentos e alguns resultados já são mensuráveis. O sistema RPI (Retorno de Processos à Instrução) demonstra que o percentual de retorno de processo à instrução por erro caiu de 9,7%, em 2007, para 6,3% em 2008 e para 3,9%, em 2009.



Fonte: CCE – Coordenadoria de Controle Externo

5.3 - Comunicação Interna e Externa

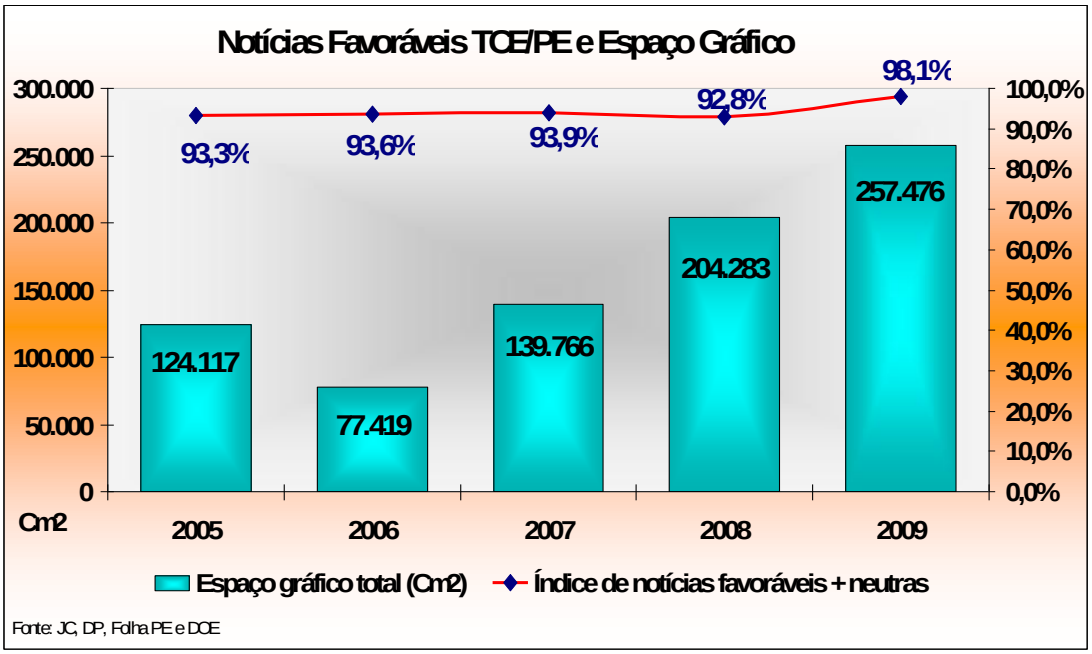
Com o objetivo de melhorar a comunicação com o público externo foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Publicados textos do TCE-PE em coluna semanal nos três jornais de grande circulação de Pernambuco.
- Realizado o Fórum "A educação a serviço da gestão pública e da cidadania", visando melhorar a integração entre as Escolas de Governo, debater o seu papel, trocar experiências e pensar novos caminhos para o aperfeiçoamento dessas instituições, da gestão pública e da cidadania.
- Realizado o Seminário: "O Tribunal de Contas no Sistema de Combate à Corrupção: Instrumentos de Fiscalização e Meios de Prova".
- Desenvolvido o "Manual Informativo para a Imprensa", distribuído entre os órgãos de imprensa do Estado, que esclarece o modo de atuação do Tribunal.

Internamente, houve um interesse visível dos setores em melhorar a integração intra e interdepartamental, como também com a alta administração. Ações foram desenvolvidas no âmbito interno como a realização de fóruns gerenciais dos quais participaram gerentes das áreas de fiscalização, administração e julgamento. A intranet (rede interna) teve 498.275 acessos em 2009.

O TCE-PE participou ativamente das atividades de comunicação como coordenador nacional do tema no Programa de Modernização do Controle Externo (Promoex).

As notícias sobre o Tribunal, publicadas nos três jornais de grande circulação no Estado e no Diário Oficial, são sistematicamente acompanhadas. O quadro a seguir demonstra a evolução, considerando tanto o espaço gráfico quanto a relação entre notícias favoráveis e neutras versus notícias desfavoráveis.



Outra forma importante de comunicação com o público externo é por meio eletrônico (internet) onde o sítio do TCE-PE contabilizou mais de 170 mil acessos.

Em 2009 foi realizada uma pesquisa de opinião sobre a imagem do Tribunal, com o objetivo de levantar informações acerca do grau de conhecimento e do desempenho da instituição, com vistas a orientar o desenvolvimento de políticas e ações para o aperfeiçoamento de sua atuação.

O Índice de conhecimento da existência do TCE-PE foi cerca de 30%. Das pessoas que conhecem o TCE-PE, 50% acreditam no impacto das decisões e a nota média atribuída a atuação prestada pelo Tribunal foi 6,0. Essa pesquisa foi apresentada no Seminário de Revisão do Planejamento e tem como objetivo subsidiar a instituição na priorização de suas ações.

INDICADORES	ÍNDICE
1 – Índice de conhecimento da existência do TCE-PE (Conhecem + Ouviram falar)	29,7%
2 – Índice de conhecimento das atribuições/atividades do TCE-PE	16,6%
3 – Índice de consideração da necessidade da existência de órgão que fiscalize os gastos do Governo do Estado, de Prefeituras e Câmaras de Vereadores	87,0%
4 – índice de consideração da necessidade da existência do TCE-PE	27,2%
5 – Índice de avaliação do TCE-PE no desempenho de suas funções (Pessoas satisfeitas)	16,7%
6 – Nota média atribuída à atuação prestada pelo Tribunal	6
7 - Índice de impacto das decisões do TCE-PE junto à sociedade (Pessoas que acreditam)	50,3%

Fonte: Datamétrica

Em 2009 foi criado o Memorial do TCE-PE com a finalidade de resgatar a história da Instituição de forma a divulgá-la para sociedade através de uma exposição permanente no 10º andar do edifício Dom Helder Câmara. Esse Memorial é um instrumento de disponibilização didática de informações sobre as várias fases e transformações pelas quais a Instituição passou. Também em 2009 foi lançado o livro: “Prestando Contas à História: 40 anos do Tribunal de Contas de Pernambuco”, resgatando para os servidores e para a sociedade o caminho percorrido pelo TCE-PE nos seus 40 anos de existência.

5.4 - Gestão dos Dados e das Informações

Com o objetivo de melhorar a qualidade dos trabalhos técnicos e do armazenamento e processamento dos inúmeros dados gerados pelas atividades próprias deste Tribunal, inclusive para a geração de informações estruturadas e úteis aos clientes, à sociedade, e aos seus trabalhos, o TCE-PE vem aperfeiçoando seus sistemas de informática, tanto no que diz respeito a equipamentos quanto a aplicativos.

Para o melhor aparelhamento da instituição, em 2009, o Tribunal adquiriu 75 novos computadores de mesa e 62 computadores portáteis, mantendo a atualização de equipamentos e a proporção de um computador para cada usuário da rede do TCE-PE.

Ainda, neste exercício, houve o desenvolvimento de sistemas de informação, sendo que os principais sistemas entregues foram:

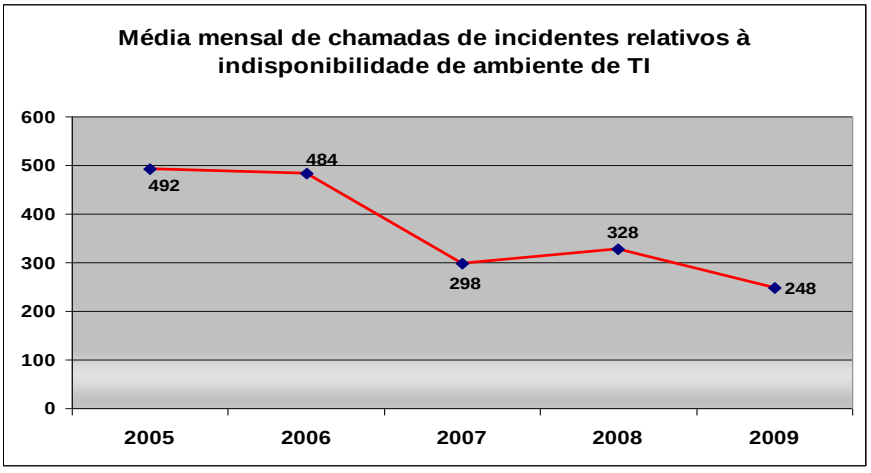
- módulos do Sistema de Auditoria e Informações composto por módulos que se comunicam entre si, para uso exclusivo na internet, e que serve de apoio ao exercício do Controle Externo pelo TCE-PE (AUDIN) – Licitações e Contratos, Usuários, Acesso, Unidade Gestora e Administração;
- Sistema de Controle da Atuação Concomitante (CACO) – primeira e segunda versões;
- Sistema de Registro de Atos de Pessoal (RAP) – funcionalidades de importação dos dados dos jurisdicionados;
- novo Sistema de Folha de Pagamento e
- Sistema de Avaliação de Desempenho (AD).

Foram realizadas também importantes manutenções corretivas e evolutivas em diversos sistemas: SIGA (Processo Eletrônico); AP (Acompanhamento de Processos); PREVER (Cálculo de Aposentadorias e Pensões); CTSI (Controle de Suprimento Individual); CDM (Controle de Débitos e Multas); SISPLAN (Sistema de Planejamento); e Sistemas de Controle e Acesso.

Dentre os investimentos realizados para o fornecimento e manutenção de um ambiente computacional adequado e seguro, destacam-se:

- atualização do parque computacional com aquisição de servidor de discos para a rede (*storage*) com melhor desempenho e maior capacidade de armazenamento;
- aquisição de nova biblioteca de fitas para garantir o backup do ambiente computacional;
- projeto piloto em digitalização de documentos, focados inicialmente em processos de ato de admissão de pessoal;
- aquisição de certificados digitais e definição de projeto para implantação destes certificados no TCE-PE; e
- projeto piloto voltado à implantação de software livre no TCE-PE.

O resultado dos investimentos também pode ser visto na queda do número de chamadas por indisponibilidade do ambiente de TI, para 248 em média por mês.



5.5 - Gestão Financeira

Os orçamentos do Tribunal de Contas e do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico (Fapre/TCE-PE) totalizaram, para o exercício financeiro de 2009, o valor de R$ 197.817.600,00, incluindo créditos adicionais.

A execução orçamentária de 2009 somou R$ 179.917.447,14, detalhada conforme segue:

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TCE-PE E FUNDO DE APERFEIÇOAMENTO - 2009 - EM R$

AÇÃO/PROJETO/ATIVIDADE	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESAS REALIZADAS			DIFERENÇA 2008 - 2009	% EVOLUÇÃO DAS DESPESAS 2008 - 2009
			DESPESAS LIQUIDADAS 2009	% DESPESAS LIQUIDADAS/ AUTORIZADAS 2009	DESPESAS LIQUIDADAS 2008		
0591-Capacitação e Valorização de Gestores e Servidores do Tribunal de Contas	1-Pessoal e Encargos Sociais	3.093.000,00	3.081.491,42	99,63%	2.622.718,33	458.773,09	17,49%
	3-Outras Despesas Correntes	1.897.000,00	586.685,58	30,93%	470.178,41	116.507,17	24,78%
	4-Investimentos	12.000,00	4.141,06	34,51%	-	4.141,06	-
	Subtotal	**5.002.000,00**	**3.672.318,06**	**73,42%**	**3.092.896,74**	**579.421,32**	**18,73%**
0592-Gestão Administrativa das Ações do Tribunal de Contas	1-Pessoal e Encargos Sociais	20.370.000,00	20.368.303,23	99,99%	17.855.717,50	2.512.585,73	14,07%
	3-Outras Despesas Correntes	11.591.000,00	9.522.318,45	82,15%	8.288.343,07	1.233.975,38	14,89%
	4-Investimentos	3.485.000,00	826.690,12	23,72%	584.602,93	242.087,19	41,41%
	Subtotal	**35.446.000,00**	**30.717.311,80**	**86,66%**	**26.728.663,50**	**3.988.648,30**	**14,92%**
1108-Construção de Instalações Físicas do Tribunal de Contas	4-Investimentos	-	-	-	3.006.619,09	(3.006.619,09)	-100,00%
	Subtotal	**-**	**-**	**-**	**3.006.619,09**	**(3.006.619,09)**	**-100,00%**
1109-Contribuições Patronais do Tribunal de Contas ao FUNAFIN	1-Pessoal e Encargos Sociais	21.516.000,00	21.471.306,96	99,79%	18.425.897,50	3.045.409,46	16,53%
	Subtotal	**21.516.000,00**	**21.471.306,96**	**99,79%**	**18.425.897,50**	**3.045.409,46**	**16,53%**
1111-Controle Externo da Aplicação dos Recursos Públicos do Estado e dos Municípios de Pernambuco	1-Pessoal e Encargos Sociais	103.036.000,00	103.034.699,37	100,00%	88.721.220,38	14.313.478,99	16,13%
	3-Outras Despesas Correntes	1.350.000,00	945.664,14	70,05%	974.447,55	(28.783,41)	-2,95%
	Subtotal	**104.386.000,00**	**103.980.363,51**	**99,61%**	**89.695.667,93**	**14.284.695,58**	**15,93%**
1112-Desenvolvimento e Manutenção da Infraestrutura Tecnológica do Tribunal de Contas	1-Pessoal e Encargos Sociais	4.685.700,00	4.626.943,15	98,75%	3.600.161,32	1.026.781,83	28,52%
	3-Outras Despesas Correntes	3.487.000,00	1.225.665,11	35,15%	1.612.300,64	(386.635,53)	-23,98%
	4-Investimentos	1.722.900,00	567.568,93	32,94%	622.902,75	(55.333,82)	-8,88%
	Subtotal	**9.895.600,00**	**6.420.177,19**	**64,88%**	**5.835.364,71**	**584.812,48**	**10,02%**
1389-Projeto de Modernização do Controle Externo - PROMOEX	3-Outras Despesas Correntes	1.129.000,00	224.817,63	19,91%	398.337,35	(173.519,72)	-43,56%
	4-Investimentos	780.000,00	56.890,08	7,29%	-	56.890,08	-
	Subtotal	**1.909.000,00**	**281.707,71**	**14,76%**	**398.337,35**	**(116.629,64)**	**-29,28%**
1391-Concessão de Auxílio Alimentação a Servidores do Tribunal de Contas	3-Outras Despesas Correntes	7.830.000,00	7.778.631,64	99,34%	7.125.640,50	652.991,14	9,16%
	Subtotal	**7.830.000,00**	**7.778.631,64**	**99,34%**	**7.125.640,50**	**652.991,14**	**9,16%**
2741-Comunicação Institucional do Tribunal de Contas	3-Outras Despesas Correntes	490.000,00	418.977,04	85,51%	45.131,00	373.846,04	828,36%
	4-Investimentos	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	**490.000,00**	**418.977,04**	**85,51%**	**45.131,00**	**373.846,04**	**828,36%**
2742-Reforma de Instalações Físicas do Tribunal de Contas	3-Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
	4-Investimentos	10.867.000,00	4.831.004,40	44,46%	541.401,46	4.289.602,94	792,31%
	Subtotal	**10.867.000,00**	**4.831.004,40**	**44,46%**	**541.401,46**	**4.289.602,94**	**792,31%**
2799-Operacionalização do Acesso à Rede Digital Corporativa de Governo - PE-MULTIDIGITAL no Tribunal de Contas	3-Outras Despesas Correntes	476.000,00	345.648,83	72,62%	261.027,11	84.621,72	32,42%
	Subtotal	**476.000,00**	**345.648,83**	**72,62%**	**261.027,11**	**84.621,72**	**32,42%**
	Total	**197.817.600,00**	**179.917.447,14**	**90,95%**	**155.156.646,89**	**24.760.800,25**	**15,96%**

Fonte: E-Fisco 2009.

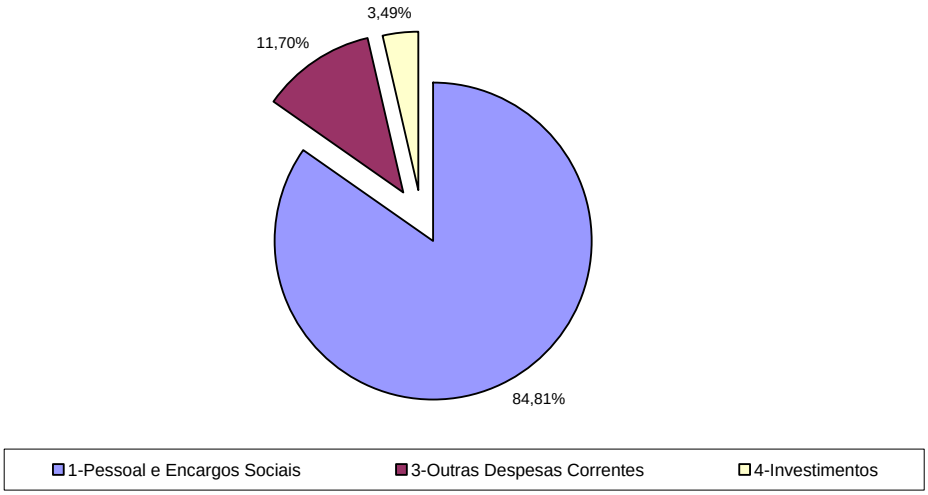
A execução orçamentária do TCE-PE e do Fapre/TCE-PE em 2009 pode ser resumida como discriminado no quadro e no gráfico a seguir, segundo os grupos de despesas orçamentárias:

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TCE-PE E FUNDO DE APERFEIÇOAMENTO - 2009 - EM R$

GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS 2009	% DESPESAS LIQUIDADAS SOBRE TOTAL 2009	% DESPESAS LIQUIDADAS/ AUTORIZADAS 2009	DESPESAS LIQUIDADAS 2008	DIFERENÇA 2008 - 2009	% EVOLUÇÃO DAS DESPESAS 2008 - 2009
1-Pessoal e Encargos Sociais	152.700.700,00	152.582.744,13	84,81%	99,92%	131.225.715,03	21.357.029,10	16,28%
3-Outras Despesas Correntes	28.250.000,00	21.048.408,42	11,70%	74,51%	19.175.405,63	1.873.002,79	9,77%
4-Investimentos	16.866.900,00	6.286.294,59	3,49%	37,27%	4.755.526,23	1.530.768,36	32,19%
Total	**197.817.600,00**	**179.917.447,14**	**100,00%**	**90,95%**	**155.156.646,89**	**24.760.800,25**	**15,96%**

Fonte: E-Fisco 2009.

TCE-PE - 2009 - Despesas segundo a classificação econômica - %



Os recursos financeiros à disposição do TCE-PE e do Fapre/TCE-PE tiveram a movimentação apresentada no quadro abaixo:

Evolução financeira do TCE-PE em 2009 - Recursos de todas as fontes - Em R$

Saldo das disponibilidades em 31/12/2008	**R$**	**20.850.924,31**
Duodécimos orçamentários recebidos em 2009	R$	175.616.699,97
Receitas diretamente arrecadas	R$	5.772.106,90
Despesas orçamentárias liquidadas em 2009	R$	179.917.447,14
Movimentação extra-orçamentária líquida em 2009	R$	(1.848.023,41)
Saldo das disponibilidades em 31/12/2009	**R$**	**20.474.260,63**
Valores a receber (adiantamentos de férias e outros)	R$	1.693.637,02
Restos a pagar inscritos em 31/12/2009	R$	660.704,51
Consignações a pagar e contribuições previdenciárias retidas a recolher	R$	750.442,11
Superávit financeiro em 31/12/2009	**R$**	**20.756.751,03**

Fonte: E-Fisco 2009.

O *superavit* financeiro do TCE-PE e do Fapre/TCE-PE apresentou a seguinte evolução entre 2008 e 2009, segundo as fontes de recursos:

Evolução do superávit financeiro do TCE-PE e Fapre/TCE-PE em 2009 - segundo as fontes de recursos - R$

Fontes de recursos	Superávit financeiro 31/12/2008	Superávit financeiro 31/12/2009	% Evolução do superávit financeiro 2008 - 2009
0101000000 - Tesouro	13.780.245,55	10.372.699,41	-24,73%
0102002324 - Convênio Promoex	129.828,96	951.170,57	632,63%
0104020001 - Receitas Diretamente Arrecadadas	3.412.904,07	5.516.868,35	61,65%
0115000000 - Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do TCE-PE	706.355,24	942.222,82	33,39%
0120000000 - Recursos Decorrentes da Operacionalização da Conta Única para Modernização Administrativa e de Sistemas	-	2.014.482,61	-
0121000000 - Alienação de patrimônio	899.173,62	959.307,27	6,69%
Total	**18.928.507,44**	**20.756.751,03**	**9,66%**

Fonte: E-Fisco 2009.

ANÁLISE DAS DESPESAS CONFORME A CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA

Grupo 1 – Despesas de pessoal e encargos sociais

O aumento de R$ 21,4 milhões observado nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais do TCE-PE em 2009 decorreu, principalmente, da implantação das alterações do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Tribunal, previstos na Lei estadual nº 13.442, de 5 de maio de 2008.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais do TCE-PE, segundo o relatório de gestão fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2009, mesmo após as alterações do PCCV acima referidas, corresponderam a 1,32% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado de Pernambuco nesse ano, percentual inferior ao limite prudencial de 1,48% da RCL, o que evidencia o pleno cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e confirma a prudência, o conservadorismo do TCE-PE nas suas estimativas ante o desempenho da RCL em 2009.

Grupo 3 – Outras despesas correntes

As despesas do TCE-PE classificadas no grupo de Outras Despesas Correntes totalizaram, em 2009, R$ 21.048.408,42, valor que apresentou acréscimo de cerca de R$ 1,87 milhão em relação às despesas verificadas em 2008, resultado da ampliação das instalações físicas do Tribunal com o funcionamento pleno do Edifício Dom Hélder Câmara, bem como em decorrência de reajustes contratuais vinculados ao IPCA (4,31%), e o reajuste de 11,9% sobre o valor do salário mínimo nacional, e outros decorrentes de imposições de agências reguladoras,

em especial a Agência Nacional de Energia Elétrica, que autorizou reajuste médio de 10,5% sobre os gastos com energia elétrica.

Esses fatos resultaram em aumento, principalmente, das despesas com locação de mão-de-obra (+ R$ 641 mil), energia elétrica (+ R$ 231 mil), manutenção da central de ar-condicionado (+ R$ 147 mil) e de elevadores (+ R$ 22 mil). Além dessas despesas, ocorreu acréscimo dos gastos com auxílio-alimentação, que se elevaram em R$ 653 mil.

Grupo 4 - Investimentos

As despesas do TCE-PE classificadas no grupo de Investimentos totalizaram em 2009 R$ 6.286.294,59.

Os Investimentos do TCE-PE em 2009 concentraram-se em três áreas mais relevantes, que somaram quase 100% do total das despesas do grupo 4, como segue:

Investimentos do TCE-PE em 2009 – Em R$

Título	Total em 2009	% no grupo
OBRAS DE CONSTRUÇÃO E REFORMA (SEDE E INSPETORIAS REGIONAIS)	4.884.581,60	77,9%
MOBILIÁRIO	830.482,06	13,0%
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA (ESTAÇÕES DE TRABALHO, NOTEBOOKS E EQUIPAMENTOS DE REDE)	568.060,93	9,0%
SOMA	6.283.124,59	99,90%

Fonte: E-Fisco 2009.

ANÁLISE CONFORME A CLASSIFICAÇÃO PROGRAMÁTICA

As despesas orçamentárias de 2009 do TCE-PE serão analisadas a seguir segundo os programas estabelecidos no orçamento, desdobrados nas ações que os integram.

Os comentários se concentram nas ações que têm metas de produtos expressas na Lei Orçamentária do exercício. As demais ações têm como metas apenas a realização das atividades a que se referem.

A definição de programas orçamentários consta do artigo 2º da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão (atual Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG):

> *"Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;"*

As ações orçamentárias podem ser denominadas projetos, atividades ou operações especiais, assim definidas na mesma portaria mencionada acima:

> *"Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;*
>
> *"Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;*
>
> *"Operações Especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;"*

Programa 0256 – Controle externo da administração pública estadual e municipal

O programa 0256 constante do orçamento do TCE-PE tem por objetivo o exercício do controle externo da Administração Pública, na esfera de competência do TCE-PE. É o principal programa orçamentário do Tribunal, vinculado à atividade finalística do órgão e composto por sete ações.

⇨ Atividade 0591 – Capacitação e valorização de servidores

A atividade 0591 tem por finalidade registras as despesas com atividades de capacitação e valorização dos servidores do TCE-PE, inclusive gestores, bem como a remuneração paga aos servidores envolvidos com a referida área.

As despesas realizadas em 2009 nessa ação somaram R$ 3.672.318,06 ou 73,42% do total orçado, valor superior em 19% aos R$ 3.092.896,74 registrados em 2008.

Foram 605 os servidores que se beneficiaram de atividades de capacitação ao longo do exercício de 2009, número superior aos 527 computados em 2008. A meta de 800 servidores fixada na LOA será revista para os próximos exercícios financeiros.

⇨ Atividade 1111 – Controle externo da aplicação dos recursos públicos do Estado e dos Municípios de Pernambuco

A atividade 1111 registra os gastos destinados às atividades de controle externo de responsabilidade do TCE-PE na administração pública estadual e municipal, entre as quais se incluem as despesas de Pessoal e Encargos Sociais referentes ao Conselho, aos órgãos especiais e aos segmentos ligados ao Grupo Ocupacional de Controle Externo (GOCE) e as despesas com diárias e ressarcimento de transporte (PQR) destinadas ao exercício do controle externo.

As despesas realizadas em 2009 na ação de Controle Externo (1111) somaram R$ 103.980.363,51, ou 99% do total autorizado. Em 2008, nessa mesma ação, as despesas somaram R$ 89.695.667,93, observando-se, assim, em 2009, crescimento nominal próximo de 16%.

A meta inscrita na LOA/2009 para esta ação era o julgamento de 10.000 processos de auditoria. Essa quantidade de processos fixada ficou inalterada desde a LOA/2008, devido a problemas operacionais da Seplag que impediram a atualização da meta para 2009.

Após o encaminhamento do projeto de lei da LOA/2009, por ocasião da revisão do planejamento estratégico do TCE-PE para o exercício de 2009, a meta de processos julgados foi fixada em 7.800, número que se mostrava compatível com a quantidade de processos formalizados nos últimos anos. Essa redução teve como objetivo priorizar a melhoria da qualidade da instrução e julgamento e focar o acompanhamento da gestão dos jurisdicionados.

A quantidade de processos julgados em 2009 foi de 8.222, conforme item 5.1, o que correspondeu a 105,4% da meta definida no Planejamento Estratégico do Tribunal e acompanhada ao longo do ano.

⇨ Projeto 2742 – Reforma de instalações físicas do Tribunal de Contas

A ação 2742 tem por finalidade concentrar as despesas decorrentes das reformas de instalações físicas do TCE-PE, incluindo sede e inspetorias regionais. Essa ação foi criada considerando o grande vulto de algumas reformas previstas, em especial a do Edifício Nilo Coelho, para permitir melhor controle e acompanhamento desses gastos.

O orçamento autorizado em 2009 foi de R$ 10.867.000,00, valor que correspondia, inicialmente, à meta de reforma de sete unidades (Inspetorias) do Tribunal. No primeiro trimestre do exercício, concluíram-se os serviços de reforma de quatro inspetorias regionais (Arcoverde, Bezerros, Salgueiro e Petrolina), e iniciou-se do Edifício Nilo Coelho. As despesas liquidadas no ano somaram R$ 4.831.004,40.

A reforma da sede das inspetorias regionais de Surubim, Palmares e Garanhuns, inicialmente prevista para esta ação, foi inserida entre as despesas cobertas com recursos do convênio Promoex, correndo, então, à conta da ação orçamentária 1389.

Os Indicadores da gestão financeira do TCE-PE nos últimos quatro anos são:

INDICADORES	2006	2007	2008	2009
Índice de despesas com pessoal de acordo com a LRF	1,33%	1,26%	1,21%	**1,03%**
Índice de execução do orçamento total	94,20%	96,45%	90,71%	**90,84%**
Índice de execução do orçamento de custeio	80,1%	96,5%	78,2%	**73,7%**
Índice de execução do orçamento de investimento	89,5%	95,6%	48,9%	**37,3%**
Índice de execução do orçamento de pessoal	97,7%	100,5%	95,9%	**99,9%**

Fonte: CAD

5.6 - Gestão Administrativa

Na gestão administrativa, diversas ações foram realizadas na busca do aperfeiçoamento das atividades no intuito de dotar a instituição de condições adequadas para o pleno exercício de suas funções. Dentre as ações destacam-se:

- disponibilização de um Painel da Transparência no site do TCE-PE, apresentando aos servidores e principalmente à sociedade informações sobre orçamento do Tribunal, recursos humanos, licitações, contratos, responsabilidade fiscal, patrimônio e normas

internas. É mais um passo dado no sentido de democratizar a informação sobre as contas públicas, estimulando o cidadão ao controle social;

- implantação do Sistema ASI (sistema voltado para a integração dos processos de compras, almoxarifado, patrimônio e contratos do Tribunal). Com a implantação do sistema observa-se o aprimoramento do gerenciamento dos processos mencionados e um melhor controle de bens materiais e permanentes e da execução dos contratos, trazendo, entre outros benefícios, maior agilidade no atendimento das demandas apresentadas pelos diversos setores e maior fidedignidade dos registros patrimoniais;
- criação do CACI (Centro de Atendimento ao Cliente Interno do TCE-PE). Presente na intranet, o CACI é um espaço de comunicação entre os servidores e a administração da Casa para demandas e solicitação de melhorias dos serviços prestados e
- elaboração da Tabela de Temporalidade Documental (TTD) que trará inúmeros benefícios para a instituição. Com o estabelecimento de prazos e condições de guarda para transferência, recolhimento e descarte de documentos, esta ação promoverá de forma ágil e eficiente o acesso às informações, além de otimizar a utilização do espaço físico e ainda garantir a preservação dos documentos de valor histórico.

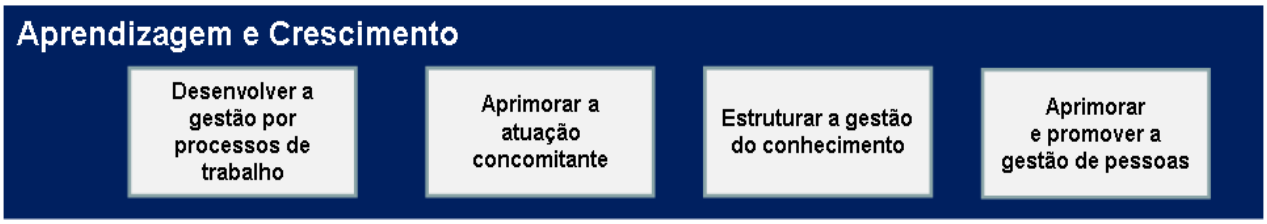
Um importante indicador do trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Administração (CAD) é o "Índice de atendimento a solicitações de serviços" no prazo de até 15 dias, em 2009 foram realizadas 2.181 demandas internas de material e serviços e a medição indica que 96,5% das solicitações de serviços e 96,0 % das solicitações de materiais foram atendidas.

O TCE-PE realizou inúmeras ações voltadas para a melhoria das instalações físicas de suas unidades com o objetivo de proporcionar melhores condições de trabalho a seus servidores:

- reforma do Edifício Nilo Coelho, constituído de 07 pavimentos e com 5.065,00 m² de área construída. A reforma está em andamento e a previsão de conclusão é no início de 2010. Com essa reforma buscou-se dar condições similares de trabalho aos dois edifícios que constituem a sede do Tribunal, além de propiciar a vinda das inspetorias metropolitanas. Significativas melhorias serão observadas nos espaços das diversas unidades. Serão também criadas áreas para funcionamento de restaurante, posto de atendimento básico de saúde e sala para os servidores aposentados. As instalações do banco serão reformadas e haverá uma ampliação da área de atendimento ao público externo e da biblioteca;
- conclusão das reformas das Inspetorias de Petrolina, Salgueiro, Arcoverde e Bezerros. As obras das inspetorias de Garanhuns, Palmares e Surubim estão em andamento. As reformas consistem em adaptações do espaço físico, com disponibilização de novas salas para as equipes, construção de auditório e serviços de cabeamento estruturado para a rede de computadores de todas as regionais;

- disponibilização de uma nova área para o arquivo. Foram realizadas adaptações pontuais no imóvel locado e encontram-se em andamento ações para contratação de novos serviços de melhorias das instalações e
- aquisição significativa de mobiliário para as diversas unidades do Tribunal de Contas, proporcionando aos servidores maior conforto na execução de suas atividades.

6. Perspectiva: APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO



Na perspectiva da Aprendizagem e Crescimento foram definidos objetivos para ampliar e fortalecer as competências do conjunto de servidores da instituição, assim como suas competências tecnológicas. Os objetivos dessa perspectiva formam uma base de sustentação para a realização de todos os outros.

6.1 - Gestão de Pessoas

Ao final de 2009 estavam ocupados **98,7%** dos cargos efetivos/vitalícios do TCE-PE, conforme quadro abaixo:

CARGO	EXISTENTE	OCUPADO	VAGO
Conselheiro	7	7	0
Auditor (Conselheiro Substituto)	10	9	1
Procurador Geral-Adjunto	1	1	0
Procurador	9	9	0
Procurador do Tribunal de Contas	4	4	0
Auditor das Contas Públicas	214	211	3
Auditor das Contas Públicas para Área da Saúde	5	5	0
Técnico de Auditoria das Contas Públicas	186	184	2
Inspetor de Obras Públicas	71	71	0
Técnico de Inspeção de Obras Públicas	40	40	0
Analista de Sistemas	30	30	0
Programador de Computador	7	7	0
Assistente Técnico de Plenário	24	24	0
ATIA	121	119	2
Agente de Segurança	5	4	1
Assistente de Plenário	1	1	0
Bibliotecário	2	2	0
TOTAL	**737**	**728**	**9**

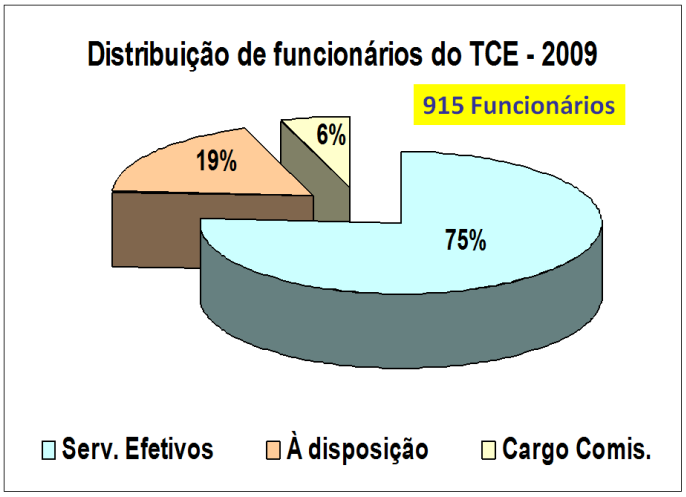
Fonte: DGP - Departamento de Gestão de Pessoas

Resumo Geral de Cargos

CARGOS EFETIVOS OCUPADOS (**)	728
CARGOS EM COMISSÃO SEM VÍNCULO	52
CONTRATOS TEMPORÁRIOS	0
SERVIDORES À DISPOSIÇÃO DO TCE (*)	172
APOSENTADOS	96
TOTAL GERAL	1.048

(*) 2 servidores à disposição possuem 2 órgãos de origem. Fisicamente são 170 servidores
(**) Inclusos 31 servidores cedidos.
Fonte: DGP

A força de trabalho do TCE-PE em dezembro de 2009 era de 915 funcionários, com 75% servidores efetivos; 6% cargos comissionados e 19% de servidores à disposição do TCE-PE. A divisão por setores foi de: área de instrução com 47% dos funcionários, julgamento com 24% e área administrativa 29%.



A cada ano, desde 2005, é realizada a Pesquisa de Clima Organizacional para obtenção de indicadores de satisfação dos servidores em diversos aspectos. Os resultados aferidos em 2009 foram os seguintes:

Média Geral de Satisfação dos Servidores - 79,2%

- Conhecimento do Planejamento Estratégico - 93,1%
- Avaliação da Gestão Organizacional - 87,7%
- Ações de bem-estar (Programa TCEndo Saúde) - 82,3%
- Condições de trabalho - 81,9%
- Realização profissional - 77,1%
- Comunicação e cooperação - 62,4%

Os números acima demonstram que os investimentos feitos na gestão de pessoas ao longo dos anos vêm alcançando resultados positivos, contribuindo para a satisfação do servidor e, consequentemente, melhoria dos resultados de nossa instituição.

Em 2009 foi iniciado o primeiro ciclo de "Avaliação de Desempenho dos Servidores" com a nova metodologia, desenvolvida por representantes de todas as áreas do Tribunal, baseada em cumprimentos de acordos previamente estabelecidos. O processo tem por finalidade maior a promoção da melhoria da atuação dos servidores.

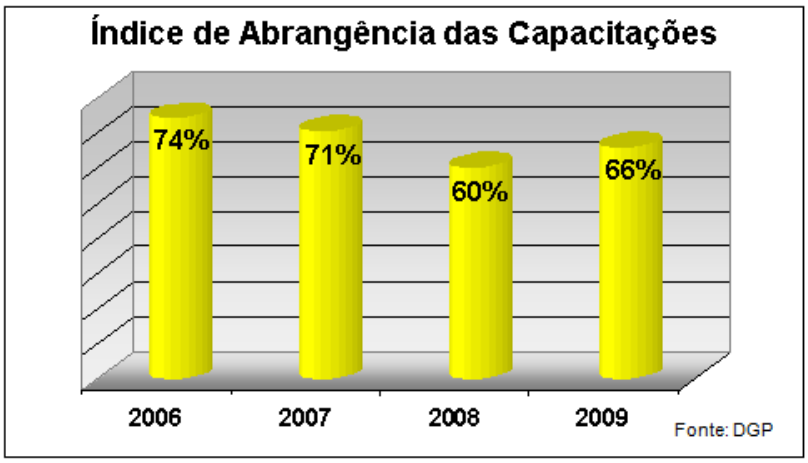
O Programa TCEndo Saúde voltado para a melhoria da qualidade de vida dos servidores, teve um grande impulso na área de atividade física em 2009 com a ampliação da ginástica laboral, sendo iniciada nas inspetorias que demandaram tais atividades (Palmares, Petrolina e Surubim), além do aumento das práticas esportivas, com a consolidação da prática do basquetebol e voleibol.

Foi realizada a VI Olimpíada Interna, com a inscrição de 660 funcionários-atletas, representando um momento de grande integração dos servidores. Destacam-se, ainda, as atividades relacionadas ao gerenciamento de estresse, fortalecida com a nova estrutura física do edifício Dom Helder, e a campanha de vacinação contra a gripe.

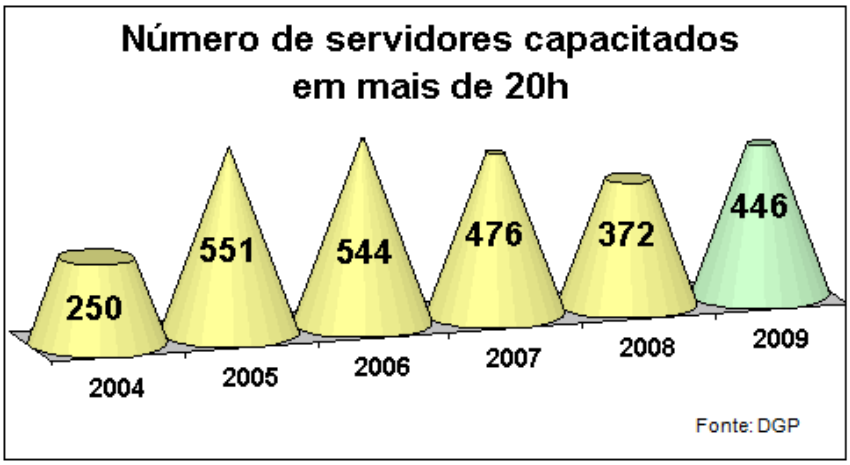
O Prêmio de Valorização do servidor completou 10 anos de existência, sendo um importante instrumento de incentivo e motivação aos servidores que se destacam por seu trabalho. Nos últimos dois anos a norma que estabelece os critérios para os prêmios foi atualizada, buscando melhorar a forma de escolha dos premiados e de utilização do prêmio.

6.2 - Gestão do Conhecimento

Em 2009, 605 servidores participaram de algum tipo de capacitação, o que representou 66,1% da força de trabalho.



A média de horas de capacitação pelo total de servidores foi de 19,3 horas por funcionário. O número de servidores com capacitação superior a 20 horas foi de 446 e média de horas por servidor capacitado foi de 29,2 horas por funcionário.



Os 66 eventos de capacitação para o TCE-PE promovidos pela Escola de Contas Professor Barreto Guimarães (ECPBG), tiveram 1.555 participantes. Vale destacar os cursos - na área de Controle Externo – de Análise de Editais de Licitação/Contratos, de Acompanhamento de Procedimentos Licitatórios de Obras e Serviços de Engenharia, de Limites Constitucionais e Legais e de Dispensa e Inexigibilidade de Licitações e Sistema de Registro de Preços, entre outros, - na área administrativa - os cursos de Cerimonial, de Planejamento e Organização de Eventos, o Essencial de Informática para a Área Administrativa e Assessores Administrativos Eficientes.

A ECPBG realizou três eventos da Oficina do Conhecimento, que servem para compartilhamento do conhecimento relacionado com as atividades desenvolvidas pelo TCE-PE, com os temas: controle interno municipal; modelo de gestão e desenvolvimento gerencial no TCE-PE e gestão por processos no TCE-PE. Os eventos contaram com a participação de 74 servidores.

No apoio às pesquisas foram alcançados avanços importantes, dentre eles a celebração do protocolo de intenções firmado entre a ECPBG e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), visando à cooperação técnica entre as instituições, e a regulamentação do desenvolvimento de estudos e pesquisas no âmbito do TCE-PE. Foi aprovada pelo Pleno a proposta de linhas de pesquisa, que teve como base uma extensiva consulta às bases de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Com isto, o documento resultou plenamente alinhado à nomenclatura utilizada pelas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, o que facilita sobremodo o diálogo para futuras cooperações no tema.

Como parte das contribuições para o aprimoramento da gestão do capital intelectual da instituição, a ECPBG desenvolveu estudo para orientar o processo de enquadramento e registro da formação acadêmica de servidores ou prestadores de serviço ao TCE-PE ou à Escola. O trabalho deu origem a dois produtos específicos: a) Diagnóstico da estrutura e dos registros da formação acadêmica dos servidores do TCE-PE, constantes do Sistema de Cadastro; e b) Manual para o enquadramento e registro de formação acadêmica.

O processo de estudos e pesquisa configura-se, assim, como uma nova e criativa forma para a identificação e a elaboração de proposta de solução de problemas concretos da instituição, a partir de um modelo que privilegia o aprofundamento da análise.

A Educação a Distância (EAD) é ferramenta fundamental para as organizações se manterem atualizadas e ampliarem os recursos de informações que disponibilizam aos seus funcionários, a aprendizagem ocorre o tempo todo e em todos os lugares, levando às pessoas a possibilidade de explorar, pesquisar, colaborar, interagir e compartilhar conhecimentos e experiências. Desta forma, a ECPBG implantou esta modalidade de aprendizado para, inicialmente, uso exclusivo dos servidores do TCE-PE, devendo, no futuro, ser estendida aos jurisdicionados do TCE-PE e a outros interessados.

Em setembro de 2009 foi lançado o primeiro curso do gênero. A versão piloto foi desenvolvida com o curso “O Essencial de Informática para a Área Administrativa”, que visa tornar mais produtivo o trabalho da equipe administrativa das inspetorias por meio do melhor uso de recursos do Word, Excel e Outlook. O curso foi dirigido a 25 servidores de inspetorias regionais do TCE-PE e durou 6 semanas, tendo início no dia 28/09 e término no dia 10/11/2009.

Além dessas ações desenvolvidas pela ECPBG com relação à gestão do conhecimento, a CCE finalizou o “Projeto de Gestão do Conhecimento de Auditoria em Saúde” com foco na atenção básica de saúde (de responsabilidade do Estado e de todos os municípios pernambucanos), que contou com a participação de auditores de saúde e auditores das contas. Teve como principais produtos a elaboração de programa e auditoria para a área de saúde nos municípios e realização de 18 auditorias de acompanhamento na área de saúde que representaram recursos da ordem de 29 milhões de reais.

6.2 - Aprimorar a Atuação Concomitante

Com o objetivo de aprimorar a atuação concomitante, algumas ações foram realizadas em 2009:

- capacitações em análise de editais para corpo técnico do DCM. DCE e NEG;
- criação, mediante Ordem de Serviço, pelo NEG da Equipe Dedicada à Análise de Editais de Licitação, buscando otimizar a análise dos editais de obras e serviços de engenharia nos órgãos do Governo do Estado e da Prefeitura do Recife;
- expansão e normatização da metodologia de Auditoria de Acompanhamento para as equipes de engenharia das Inspetoria regionais e
- ampliação do escopo da ferramenta informatizada CACO para que fossem contempladas análises de edital e os acompanhamentos de obras e serviços de engenharia.

6.3 - Gestão por Processos

Como parte do seu planejamento estratégico, o Tribunal de Contas resolveu desenvolver projeto visando otimizar seus processos internos, seja no âmbito da fiscalização dos jurisdicionados ou nos procedimentos internos, gerando, com isto, economia nos recursos disponíveis.

Foram envolvidos mais de 40 servidores na capacitação e, ainda, em pequenos grupos de discussão e trabalho para desenvolvimento de metodologia de gestão por processo, implicando em mais de 4.000 homens/hora de trabalho, gerando mapeamento, análise e redesenho dos processos de trabalho de Aquisição Direta e com Licitação, processo de trabalho de Notificação (finalístico), elaboração de Manuais de Procedimentos nos processos estaduais e municipais de Auditoria de Acompanhamento de Obras, Mapeamento dos processos da Escola de Contas e, ainda, Monitoramento das fases do processo de Prestação de Contas Municipais na sua fase de julgamento, em parceria com a Corregedoria.

7. ATOS NORMATIVOS DO EXERCÍCIO

PORTARIAS NORMATIVAS - ANO 2009		
Nº DE ORDEM	**DATA**	**EMENTA**
016/2009	05.01.2009	Altera a Portaria nº. 568/2006, de 20 de dezembro de 2006, que disciplina a concessão de diárias aos servidores do Tribunal de Contas, que se deslocarem da sede em objeto de serviço ou em missão oficial e o sistema de Pagamento por Quilômetro Rodado (PQR).
055/2009	16.01.2009	Disciplina a utilização das vagas de estacionamento do Edifício Dom Helder Câmara.
242/2009	11.05.2009	Altera a Portaria nº. 194/2008, de 28 de março de 2008, que dispõe sobre a averbação de consignações em folha de pagamento para os servidores deste Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.
251/2009	29.05.2009	Cria o Projeto SIGA, cujo escopo é o processo de trabalho finalístico deste Tribunal, isto é, o conjunto de tarefas e atividades que englobam e integram o processo formalmente autuado no âmbito do TCE-PE, como apoio ao Controle Externo.
252/2009	20.05.2009	Regulamenta a prestação de serviço extraordinário, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.
263/2209	08.06.2009	Estendende aos membros do Conselho a utilização do Sistema de Pagamento por Quilômetro Rodado (PQR), disciplinado pela Portaria nº. 568/2006, de 20 de dezembro de 2006.
303/2009	02.07.2009	Estabelece nova disciplina ao Projeto de Modernização do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – PROMOEX-PE, criado pela Portaria nº. 375/2005, de 04.07.2005, com o objetivo de fortalecer o sistema de controle externo como instrumento de cidadania, que inclui a intensificação das relações intergovernamentais e interinstitucionais, com vistas ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000).
330/2009	21.07.2009	Disciplina a Política de Remoção dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.
338/2009	03.08.2009	Define os procedimentos a serem observados e os segmentos administrativos que atuarão em colaboração e corresponsabilidade na organização e composição da prestação de contas anual do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.
419/2009	16.11.2009	Reajuste em 14,29% (catorze vírgula vinte e nove por cento) no valor mensal do auxílio-alimentação, na forma do artigo 4º da Resolução TC nº. 17/2004, de 29.09.2004, retroagindo seus efeitos a 01.11.2009.
420/2009	17.11.2009	Torna públicas as linhas de pesquisa do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, para o exercício de 2009, para fins do disposto no artigo 1º, § 1º, da Resolução TC nº 02/2007, de 20 de abril de 2007, nos termos do Anexo Único desta Portaria.
425/2009	23.11.2009	Disciplina a concessão de adiantamentos aos servidores do Tribunal de Contas para atividades administrativas, de controle externo, de capacitação e de representação.
440/2009	09.12.2009	Institui a Câmara de Liquidações de Empréstimos Consignados em Folha de Pagamento, que funcione em ambiente virtual, no Sistema de Controle de Consignações denominado TCE-PECONSIG, observadas, estritamente, as normas fixadas nesta Portaria.
443/2009	16.12.2009	Determina que a concessão de Licença para Tratamento de Saúde por período de afastamento superior a trinta dias, em licença inicial ou prorrogação, para servidores que residam em locais onde não haja junta médica, fique condicionada ao comparecimento do servidor perante o Núcleo de Supervisão de Perícias Médicas e Segurança do Trabalho – NSPS – do Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco, para realização de Exame Médico-Pericial, e à apresentação da documentação necessária, salvo deliberação expressa do Colegiado do Tribunal de Contas.
455/2009	23.12.2009	Institui o Código de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade Documental no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE-PE e dar outras providências.
461/2009	29.12.2009	Fixa os relatores dos processos conexos, por grupos de unidades gestoras municipais e estaduais, relativos à competência do exercício financeiro de 2010.

PORTARIAS CONJUNTAS TCE/ECPBG - Ano 2009		
Nº DE ORDEM	**DATA**	**EMENTA**
001/2009	21.10.2009	Regulamenta o processo de desenvolvimento de estudos e pesquisas, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.
002/2009	28.10.2009	Disciplina o controle de entrada e de saída de pessoas nos prédios do TCE-PE e da ECPBG.

RESOLUÇÕES – ANO 2009		
Nº DE ORDEM	**DATA**	**EMENTA**
001/2009	01.04.2009	Dispõe sobre a criação, a implantação, a manutenção e a coordenação de Sistemas de Controle Interno nos Poderes Municipais e dá outras providências.
002/2009	01.04.2009	Dispõe sobre o Sistema de Auditoria e Informações - AUDIN e dá outras providências
003/2009	01.04.2009	Dispõe sobre procedimentos de controle interno relativos a obras e serviços de engenharia a serem adotados pela Administração Direta e Indireta Municipal.
004/2009	03.06.2009	Dispõe sobre a fiscalização, no âmbito da jurisdição do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, do cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e dá outras providências
005/2009	03.06.2009	Revoga a Resolução TC nº. 05/2004, de 2 de junho de 2004, que estabelece normas relativas ao cômputo de tempo de serviço para fins de aposentadoria especial de professores, no âmbito do Estado e dos Municípios.
006/2009	29.07.2009	Dispõe sobre os atos de concessão de aposentadoria, reforma, transferência para a reserva remunerada e pensão por morte e estabelece os documentos necessários à análise dos respectivos atos concessivos.
007/2009	29.07.2009	Altera o § 2º do artigo 149-C da Resolução TC nº. 03/92, de 12 de março de 1992, que introduz alterações no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.
008/2009	02.09.2009	Institui o sistema de avaliação de desempenho funcional, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, e aprova o Manual de Avaliação do Desempenho.
009/2009	23.09.2009	Altera a Resolução TC nº. 07/2006, de 4 de outubro de 2006, que dispõe sobre os processos de Auditoria Especial e de Destaque e sobre a adoção de Medidas Cautelares, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.
010/2009	30.09.2009	Concede a Medalha do Mérito Nilo Coelho.
011/2009	30.09.2009	Concede a Medalha do Mérito Nilo Coelho.
012/2009	07.10.2009	Concede a Medalha do Mérito Nilo Coelho.
013/2009	07.10.2009	Concede a Medalha do Mérito Nilo Coelho.
014/2009	14.10.2009	Concede a Medalha do Mérito Nilo Coelho.
015/2009	14.10.2009	Concede a Medalha do Mérito Nilo Coelho.
016/2009	14.10.2009	Concede a Medalha do Mérito Nilo Coelho.
017/2009	02.12.2009	Dispõe sobre a composição dos processos de registro de atos de admissão de pessoal dos órgãos e entes da administração direta, indireta e fundacional de quaisquer dos Poderes do Estado e dos Municípios e dá outras providências
018/2009	02.12.2009	Disciplina a delegação de atribuições do Procurador Geral do Ministério Público de Contas aos demais Procuradores e dá outras providências.
019/2009	16.12.2009	Estabelece normas relativas à composição das contas anuais das unidades gestoras da Administração Direta e Indireta Estadual e dos Fundos Especiais Estaduais e dá outras providências.

8. CONCLUSÃO

Os dados sobre o desempenho do Tribunal de Contas de Pernambuco do exercício de 2009 evidenciam o compromisso da instituição com cumprimento das ações estabelecidas no seu Planejamento Estratégico. A austeridade na utilização dos recursos públicos e a observância aos instrumentos normativos que regem a Administração Pública nortearam a gestão na execução de seu orçamento.

Os esforços desenvolvidos para a capacitação e aperfeiçoamento do seu quadro de pessoal e dos processos internos revelam o forte engajamento institucional com a modernização da gestão pública.

As inúmeras ações apresentadas neste relatório sintetizam o esforço de Tribunal de Contas para o cumprimento de forma eficaz e eficiente sua missão e trazem significativos avanços na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.